

Pet Center Comércio e Participações S.A.

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2019 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e ao Conselho de Administração da
Pet Center Comércio e Participações S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Pet Center Comércio e Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Pet Center Comércio e Participações S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB".

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria ("PAA") são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Registro dos efeitos da adoção do pronunciamento técnico CPC 06 (R2)/IFRS 16 - Operações de Arrendamento Mercantil

Por que foi considerado um PAA

A Companhia possui compromissos decorrentes de contratos de arrendamento operacional e, a partir de 1º de janeiro de 2019, passou a ser requerida a contabilização dessas operações de acordo com o pronunciamento técnico CPC 06 (R2)/IFRS 16 - Operações de Arrendamento Mercantil. Esse novo pronunciamento técnico introduziu aspectos contábeis complexos para a mensuração do ativo de direito de uso e do passivo de arrendamento.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 286.200 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

Esse tema foi considerado significativo em nossa auditoria, pois: (i) refere-se à adoção de um pronunciamento técnico que apresentou um efeito material nas demonstrações financeiras, conforme divulgado na nota explicativa nº 22 às demonstrações financeiras; (ii) há julgamento envolvido quanto às taxas de juros consideradas para cálculo dos valores do passivo; (iii) há julgamento envolvido na determinação dos prazos a serem considerados em cada contrato de arrendamento mercantil; e (iv) há julgamento aplicado na contabilização inicial com relação às regras de transição.

Como nossa auditoria endereçou este assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) a discussão sobre os critérios utilizados para identificação e classificação dos contratos de arrendamento mercantil, os prazos de arrendamento e a taxa de desconto utilizada; (ii) a análise das políticas contábeis estabelecidas pela Administração em comparação com os requisitos do pronunciamento técnico CPC 06 (R2)/IFRS 16; (iii) o teste documental por meio de amostragem dos contratos de arrendamento operacional, base para o cálculo, e a adequação dos fluxos de arrendamento e critérios de cálculo para determinar os efeitos nas demonstrações financeiras; e (iv) o envolvimento dos nossos especialistas para análise das premissas da Administração na adoção da taxa de desconto e nos cálculos efetuados para determinar os efeitos da adoção desse novo pronunciamento técnico..

Com base nas evidências obtidas por meio de nossos procedimentos anteriormente descritos, consideramos que a apuração e os critérios para avaliação dos efeitos de adoção do pronunciamento técnico CPC 06 (R2)/IFRS 16, a sua contabilização e as respectivas divulgações em notas explicativas são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado ("DVA") referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada com as demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro - IFRS, emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.


Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 19 de fevereiro de 2020


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8


Marcelo de Figueiredo Seixas
Contador
CRC nº 1 PR 045179/O-9

PET CENTER COMÉRCIO E PARTICIPAÇÕES S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019, DE 2018 E DE 2017

(Em milhares de reais - R\$)

<u>ATIVO</u>	Nota explicativa	<u>2019</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>	<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	Nota explicativa	<u>2019</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
CIRCULANTE					CIRCULANTE				
Caixa e equivalentes de caixa	4	169.277	160.829	61.089	Fornecedores	11	130.812	98.914	80.234
Contas a receber	5	96.076	76.163	67.089	Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	14	111.102	56.697	22.293
Estoques	6	132.657	97.489	82.818	Obrigações trabalhistas e previdenciárias	12	36.120	27.101	22.010
Impostos e contribuições a recuperar	7	35.375	8.902	2.651	Obrigações tributárias	13	25.385	11.831	15.930
Outros créditos		<u>7.532</u>	<u>8.323</u>	<u>10.458</u>	Arrendamento - direito de uso	21	59.185	-	-
Total do ativo circulante		<u>440.917</u>	<u>351.706</u>	<u>224.105</u>	Contas a pagar		10.495	8.139	7.573
					Dividendos a pagar	17.d)	5.599	7.941	603
NÃO CIRCULANTE					Programa de fidelização	15	<u>2.252</u>	<u>1.982</u>	<u>2.119</u>
Outros créditos		768	1.070	955	Total do passivo circulante		<u>380.950</u>	<u>212.605</u>	<u>150.762</u>
Impostos e contribuições a recuperar	7	1.692	425	-					
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.a)	14.770	12.606	22.210	NÃO CIRCULANTE				
Imobilizado	9	743.402	215.555	146.785	Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	14	287.383	200.596	92.064
Intangível	10	<u>41.099</u>	<u>15.652</u>	<u>8.314</u>	Arrendamento - direito de uso	21	395.825	-	-
Total do ativo não circulante		801.731	245.308	178.264	Provisão para riscos cíveis e trabalhistas	16	<u>2.212</u>	<u>2.042</u>	<u>1.727</u>
					Total do passivo não circulante		<u>685.420</u>	<u>202.638</u>	<u>93.791</u>
					PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
					Capital social	17.a)	50.515	50.515	50.515
					Reserva de capital	17.b)	79.818	79.818	79.818
					Reserva para opção outorgadas	17.e)	1.471	1.118	722
					Reserva especial de ágio		24.825	24.825	24.825
					Reserva de lucros		<u>19.649</u>	<u>25.495</u>	<u>1.936</u>
					Total do patrimônio líquido		176.278	181.771	157.816
TOTAL DO ATIVO		<u>1.242.648</u>	<u>597.014</u>	<u>402.369</u>	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>1.242.648</u>	<u>597.014</u>	<u>402.369</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PET CENTER COMÉRCIO E PARTICIPAÇÕES S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019, DE 2018 E DE 2017

(Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota explicativa	2019	2018	2017
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	19	986.076	767.907	597.369
Custo das mercadorias vendidas e dos serviços prestados	20	(509.748)	(416.039)	(332.534)
LUCRO BRUTO		<u>476.328</u>	<u>351.868</u>	<u>264.835</u>
DESPESAS OPERACIONAIS				
Com vendas	20	(281.092)	(217.187)	(162.859)
Gerais e administrativas	20	(95.050)	(78.338)	(64.309)
Outras despesas operacionais, líquidas	20	(14.072)	(3.172)	(12.600)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		<u>86.114</u>	<u>53.171</u>	<u>25.067</u>
RESULTADO FINANCEIRO				
Receitas financeiras	21	8.714	9.586	3.797
Despesas financeiras	21	(58.490)	(15.930)	(10.732)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>36.338</u>	<u>46.827</u>	<u>18.132</u>
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL				
Corrente	8.b)	(14.926)	(6.327)	(3.096)
Diferido	8.b)	<u>2.164</u>	<u>(9.603)</u>	<u>(3.605)</u>
		(12.762)	(15.930)	(6.701)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u><u>23.576</u></u>	<u><u>30.897</u></u>	<u><u>11.431</u></u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO POR AÇÃO - R\$ Básico e diluído	24	0,135	0,177	0,066

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PET CENTER COMÉRCIO E PARTICIPAÇÕES S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019, DE 2018 E DE 2017
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>2019</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	23.576	30.897	11.431
Outros resultados abrangentes	-	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u>23.576</u>	<u>30.897</u>	<u>11.431</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PET CENTER COMÉRCIO E PARTICIPAÇÕES S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019, DE 2018 E DE 2017
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Reservas de Capital		Reserva para opções outorgadas reconhecidas	Reservas de lucros		Lucros (Prejuízos) acumulados	Total	
		Capital social	Reserva especial de ágio		Reserva de capital	Reserva legal			Reserva de Lucros
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016		25.515	24.825	79.818	554	-	-	(8.892)	121.820
Aumento de capital social	17.a)	25.000	-	-	-	-	-	-	25.000
Opções outorgadas reconhecidas	17.e)	-	-	-	168	-	-	-	168
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	11.431	11.431
Destinação do lucro líquido do exercício:									
Reserva legal	17.c)	-	-	-	-	127	-	(127)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	17.d)	-	-	-	-	-	-	(603)	(603)
Reserva de lucros		-	-	-	-	-	1.809	(1.809)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017		50.515	24.825	79.818	722	127	1.809	-	157.816
Opções outorgadas reconhecidas	17.e)	-	-	-	396	-	-	-	396
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	30.897	30.897
Destinação do lucro líquido do exercício:									
Reserva legal	17.c)	-	-	-	-	1.545	-	(1.545)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	17.d)	-	-	-	-	-	-	(7.338)	(7.338)
Reserva de lucros		-	-	-	-	-	22.014	(22.014)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018		50.515	24.825	79.818	1.118	1.672	23.823	-	181.771
Opções outorgadas reconhecidas	17.e)	-	-	-	353	-	-	-	353
Dividendos distribuídos	17.d)	-	-	-	-	-	(23.823)	-	(23.823)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	23.576	23.576
Destinação do lucro líquido do exercício:									
Reserva legal	17.c)	-	-	-	-	1.179	-	(1.179)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	17.d)	-	-	-	-	-	-	(5.599)	(5.599)
Reserva de lucros		-	-	-	-	-	16.798	(16.798)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019		50.515	24.825	79.818	1.471	2.851	16.798	-	176.278

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PET CENTER COMÉRCIO E PARTICIPAÇÕES S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019, DE 2018 E DE 2017
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	2019	2018	2017
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		36.338	46.827	18.132
Ajustes para reconciliar o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:				
Depreciação e amortização	9 e 10	44.198	29.809	20.693
Depreciação - direito de uso (CPC 06 (R2)/IFRS 16)	22	60.803	-	-
Despesa de juros - direito de uso (CPC 06 (R2)/IFRS 16)	22	33.508	-	-
Provisão para perdas nos estoques	6	1.171	217	925
Opções outorgadas reconhecidas	16.e)	353	396	168
Juros sobre empréstimos e financiamentos	14	23.008	14.691	6.455
Baixa do imobilizado	9	159	92	389
Programa de fidelização	15	269	(137)	590
Provisão para riscos cíveis e trabalhistas	16	170	315	691
Variações nos ativos e passivos operacionais:				
Contas a receber		(19.913)	(9.074)	(30.355)
Estoques		(36.339)	(14.888)	(25.625)
Impostos e contribuições a recuperar		(26.473)	(6.676)	2.555
Outros créditos		(171)	2.015	(5.069)
Fornecedores		28.439	13.952	10.979
Obrigações trabalhistas e previdenciárias		9.019	5.091	5.303
Obrigações tributárias		4.374	(4.359)	7.298
Contas a pagar		2.356	566	2.060
Caixa gerado pelas atividades operacionais		161.269	78.837	15.189
Imposto de renda e contribuição social pagos		(5.518)	(6.061)	(2.921)
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	14	(20.737)	(14.070)	(6.110)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		135.014	58.706	6.158
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Aquisição de imobilizado	9	(134.577)	(87.174)	(64.775)
Aquisição de intangível	9 e 10	(25.796)	(14.107)	(5.219)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(160.373)	(101.281)	(69.994)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Pagamento de empréstimos e financiamentos	14	(61.079)	(57.685)	(10.864)
Captação de empréstimos e financiamentos	14	200.000	200.000	100.703
Pagamento de direito de uso (CPC 06 (R2)/IFRS 16)	22	(73.350)	-	-
Aumento de capital social	17.a)	-	-	25.000
Pagamento de dividendos	17.d)	(31.764)	-	-
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		33.807	142.315	114.839
AUMENTO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		8.448	99.740	51.003
Saldo no início do exercício		160.829	61.089	10.086
Saldo no fim do exercício		169.277	160.829	61.089

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PET CENTER COMÉRCIO E PARTICIPAÇÕES S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019, DE 2018 E DE 2017
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	2019	2018	2017
RECEITAS				
Vendas de mercadorias e serviços	19	1.164.234	913.419	716.005
Outras receitas		340	1.116	851
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa		-	(32)	(54)
		<u>1.164.574</u>	<u>914.503</u>	<u>716.802</u>
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS				
Custo de vendas e serviços		(455.382)	(381.189)	(296.447)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		<u>(154.929)</u>	<u>(132.821)</u>	<u>(96.587)</u>
		(610.311)	(514.010)	(393.034)
VALOR ADICIONADO BRUTO				
		554.263	400.493	323.768
DEPRECIÇÃO E AMORTIZAÇÃO				
	9, 10 e 22	(105.001)	(29.809)	(20.693)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA SOCIEDADE				
		<u>449.262</u>	<u>370.684</u>	<u>303.075</u>
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA				
Receitas financeiras	21	8.714	9.586	3.797
		8.714	9.586	3.797
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR				
		<u>457.976</u>	<u>380.270</u>	<u>306.872</u>
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
Pessoal:				
Remuneração direta		145.910	109.437	76.501
Benefícios		18.103	13.704	18.743
FGTS		7.961	5.921	8.184
Honorários da Administração		8.837	8.086	13.431
Pagamentos baseados em ações		353	397	311
	20	<u>181.164</u>	<u>137.545</u>	<u>117.170</u>
Impostos, taxas e contribuições:				
Federais		95.372	64.125	67.046
Estaduais		93.208	74.508	56.964
Municipais		2.340	1.809	1.327
		<u>190.920</u>	<u>140.442</u>	<u>125.337</u>
Remuneração de capitais de terceiros:				
Juros	21	58.490	15.930	10.731
Aluguéis		3.826	55.456	42.203
		<u>62.316</u>	<u>71.386</u>	<u>52.934</u>
Remuneração de capitais próprios:				
Dividendos distribuídos	17.d)	5.599	7.338	603
Lucros retidos do exercício		<u>17.977</u>	<u>23.559</u>	<u>10.828</u>
		23.576	30.897	11.431
VALOR ADICIONADO DISTRIBUÍDO				
		<u>457.976</u>	<u>380.270</u>	<u>306.872</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

- - -

PET CENTER COMÉRCIO E PARTICIPAÇÕES S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019, DE 2018 E DE 2017 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Pet Center Comércio e Participações S.A. ("Companhia") possui sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Doutor Miguel Paulo Capalbo, 135, tendo como acionista controlador o WP XI A Fundo de Investimentos em Participações.

A Companhia tem como atividade principal a comercialização de artigos para Pets, como alimentos, acessórios e medicamentos, por meio de sua rede de lojas "Petz". A Companhia também presta serviços nas áreas veterinária e de embelezamento animal e também comercializa pequenos animais de estimação.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possuía 105 lojas (79 lojas em 2018 e 62 em 2017), 7 hospitais veterinários e 1 centro de distribuição, além da plataforma de e-commerce digital "www.petz.com.br" e o aplicativo Petz.

2. BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos e as orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e as normas internacionais de relatório financeiro ("Internacional Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "Internacional Accounting Standards Board - IASB".

A Administração da Companhia afirma que aplicou a orientação técnica OCPC 7, aprovada pela Deliberação CVM nº 727/14, atendendo aos requerimentos mínimos e, ao mesmo tempo, divulgando somente informações relevantes, que auxiliem os leitores na tomada de decisões. Portanto, todas as informações relevantes usadas na gestão do negócio estão evidenciadas neste documento.

b) Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Administração leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração.

c) Autorização para emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 19 de fevereiro de 2020 foi autorizada a conclusão e divulgação das presentes demonstrações financeiras da Companhia, as quais contemplam os eventos subsequentes ocorridos após 31 de dezembro de 2019 até a referida data.

d) Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados em reais (R\$), moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras, que representa a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia opera.

e) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. As estimativas e premissas contábeis são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros considerados razoáveis nas circunstâncias.

Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. Os efeitos decorrentes das revisões feitas nas estimativas contábeis são reconhecidos no exercício em que as estimativas são revisadas, se a revisão afetar tanto o exercício corrente presente quanto os exercícios futuros.

As principais estimativas e julgamentos aplicado pela Administração estão divulgados nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa nº 9 - Direito de uso locação de imóveis (Arrendamento - CPC 06 (R2)/IFRS 16)
- Notas explicativas nº 9 e nº 10 - Análise do valor recuperável ("impairment") do ativo imobilizado e do ativo intangível.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações financeiras estão descritas a seguir

a) Receitas de Contratos com Clientes

O CPC 47/IFRS 15 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se, quando, e por quanto uma receita é reconhecida a partir das identificações das obrigações de desempenho, da transferência do controle do produto ou serviço ao cliente e da determinação do preço de venda.

A Companhia reconhece receita das seguintes atividades realizadas:

- Venda de produtos para animais de estimação, como rações, alimentos, acessórios e medicamentos, como também animais de estimação e exóticos.
- Prestação de serviços nas áreas veterinária e embelezamento de animais.

A receita é mensurada com base na contraprestação que a Companhia espera receber em um contrato com o cliente. A Companhia reconhece receitas quando transfere o controle do produto ou presta o serviço ao cliente. A receita de vendas é apresentada líquida de deduções, incluídos os impostos calculados sobre as vendas.

Venda de mercadorias

Para vendas de mercadorias para clientes no varejo e no e-commerce, a receita é reconhecida quando o controle das mercadorias é transferido, isto é, quando o cliente adquire as mercadorias no ponto de venda e/ou quando recebe as mercadorias. O pagamento do preço da transação é devido imediatamente no momento em que o cliente adquire as mercadorias.

No ponto de venda, uma obrigação de restituição e o correspondente ajuste da receita são reconhecidos para os produtos devolvidos e/ou quando uma venda é cancelada. Ao mesmo tempo, a Companhia tem o direito de recuperar o produto quando os clientes exercem o direito de devolução; portanto, conseqüentemente, a Companhia reconhece o direito às mercadorias devolvidas e o correspondente ajuste do custo das vendas.

Devoluções e cancelamento

O valor da receita reconhecida é contabilizado líquido das devoluções e cancelamentos esperados.

Prestação de serviços

A Companhia fornece serviços nas áreas veterinária e embelezamento de animais. As receitas de serviços são reconhecidas à medida que os serviços são prestados e os riscos e benefícios correspondentes aos serviços são transferidos para os clientes. O pagamento do preço da transação é devido imediatamente no momento em que o cliente adquire as mercadorias.

Programa de fidelização

O programa de fidelização é registrado na rubrica "Programa de fidelização" ("Vale a Pena Ser Fiel") pelo valor justo dos créditos acumulados e reconhecido no resultado pela efetiva utilização dos créditos pelos clientes, pelo vencimento do direito de uso dos créditos ou pela amortização de parte do saldo, relativa à expectativa de expiração do direito de uso dos pontos, calculada com base histórica de ocorrências. O desconto prometido ao cliente é, portanto, uma obrigação de desempenho separada.

As vendas que resultam na emissão de bônus aos clientes do programa de fidelização da Companhia ("Vale a Pena Ser Fiel") são contabilizadas como receita diferida pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, na data das vendas. A receita diferida é reconhecida ao resultado quando os créditos são resgatados pelos clientes e as obrigações cumpridas.

b) CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos Financeiros

Classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros

A classificação dos ativos e passivos financeiros segundo o CPC 48/IFRS 9 é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais.

Conforme o CPC 48/IFRS 9, no reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: a custo amortizado; valor justo por meio dos outros resultados abrangentes ("VJORA"); ou valor justo por meio de resultado ("VJR").

As seguintes políticas contábeis aplicam-se à mensuração subsequente dos ativos financeiros:

Ativos financeiros mensurados a VJR	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros mensurados a custo amortizado	Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por redução ao valor recuperável. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e perdas são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido também no resultado.
Ativos financeiros mensurados a VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo em outros resultados abrangentes em função de sua característica de negociação antes do vencimento.

Sob o CPC 48/IFRS 9, um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais.
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um ativo financeiro é mensurado a VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros.
- Seus termos contratuais geram em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

A tabela a seguir apresenta as categorias de mensuração originais no CPC 38/IAS 39 e as novas categorias de mensuração do CPC 48/IFRS 9 para cada classe de ativos e ou passivos financeiros.

	Nota explicativa	Categoria	Valores contábeis
Ativo			
Caixa e equivalentes de caixa	4	Custo amortizado	169.277
Contas a receber	5	Custo amortizado	96.076
Total ativos financeiros			<u>265.353</u>
Passivo			
Fornecedores	11	Custo amortizado	130.812
Empréstimos	14	Custo amortizado	398.485
Arrendamentos direito de uso a pagar	21	Custo amortizado	455.010
Total passivos financeiros			<u>984.307</u>

c) Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis

A Companhia analisa anualmente se existem evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado. Caso tais evidências estejam presentes, estima o valor recuperável do ativo, que é o maior valor entre: (i) seu valor justo menos os custos que seriam incorridos para vendê-lo; e (ii) seu valor de uso. O valor de uso é equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados do uso contínuo do ativo. Quando o valor residual contábil do ativo excede seu valor recuperável, é reconhecida redução (provisão) do saldo contábil desse ativo ("impairment").

Para fins de avaliação do valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGCs), que, no caso da Companhia, representam cada uma de suas lojas.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia não identificou fatores internos e externos que levassem à necessidade de reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável.

d) Demonstração do valor adicionado

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pelas Empresas e sua distribuição durante determinado exercício, e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira.

Tal demonstração foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras, registros complementares, e segundo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado ("DVA").

e) Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data da aplicação, ou consideradas de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, e são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização. Os detalhes estão divulgados na nota explicativa nº 4.

f) Contas a receber e provisão para perdas esperadas de crédito

As contas a receber são registradas e mantidas no balanço patrimonial pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos e deduzidas da provisão para perdas esperadas de crédito. Os detalhes estão divulgados na nota explicativa nº 5.

Os saldos de contas a receber são registrados inicialmente pelo valor da transação, que corresponde ao valor de venda e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado.

As vendas efetuadas pela Companhia são substancialmente à vista e podem ser parceladas pelos clientes em até dez vezes por meio dos cartões de crédito conveniados, sendo o preço praticado nas vendas a prazo o mesmo praticado nas vendas à vista.

g) Estoques

Registrados pelo custo médio de aquisição, ajustado aos valores de realização e das eventuais perdas, quando aplicável. Os detalhes estão divulgados na nota explicativa nº 6.

h) Imobilizado

Registrado ao valor de custo de aquisição, deduzido de depreciação e, quando aplicável, de perda por redução ao valor de recuperação. A depreciação inicia-se quando da abertura da loja e do início da utilização dos ativos.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, conforme as taxas demonstradas na nota explicativa nº 9. A depreciação das benfeitorias em imóveis de terceiros é calculada com base no prazo dos contratos de aluguel firmados com terceiros. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados nas datas dos balanços, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

Vida útil dos bens do imobilizado

A Companhia revisa a vida útil estimada dos bens do imobilizado anualmente nas datas dos balanços. Quando aplicável, os efeitos decorrentes de alterações na vida útil remanescente são registrados prospectivamente.

i) Intangível

Os ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e, quando aplicável, das perdas por redução ao valor recuperável. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos, conforme as taxas demonstradas na nota explicativa nº 10.

A vida útil estimada e o método de amortização são revisados nas datas dos balanços, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

j) Provisão para riscos cíveis e trabalhistas

Reconhecida quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. Quando aplicável, a provisão é quantificada ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, usando a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo ou pelo montante estimado das perdas prováveis, observada sua natureza e apoiada na opinião dos advogados da Companhia, conforme demonstrado na nota explicativa nº 15.

k) Imposto de renda e contribuição social

A despesa com Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL representa a soma dos impostos correntes e diferidos.

Impostos correntes

A provisão para IRPJ e CSLL está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A alíquota de IRPJ é de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240, e a da CSLL é de 9% sobre o lucro tributável.

Impostos diferidos

O IRPJ e a CSLL diferidos ("impostos diferidos") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no fim do exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, quando aplicável.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada nas datas dos balanços, e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera ser recuperado.

l) Ajuste a valor presente de passivos

Os passivos de curto prazo, quando relevantes, devem ser ajustados a valor presente; entretanto, após a avaliação dos efeitos do ajuste a valor presente decorrente das compras a prazo com fornecedores, a Administração da Companhia concluiu que os impactos são irrelevantes.

m) Lucro líquido por ação

Conforme o pronunciamento técnico CPC 41/IAS 33 - Resultado por Ação, o resultado deve ser apresentado como básico e diluído, conforme divulgado na nota explicativa nº 24.

n) Pagamento baseado em ações

Reconhecido como despesa no resultado, pelo valor justo, durante o exercício no qual o direito é adquirido, após o atendimento a determinadas condições específicas, conforme nota explicativa nº 16.c).

o) Informações por segmentos

Os segmentos operacionais são apresentados de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões da Companhia, que é o CEO, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais.

p) Novos pronunciamentos, alterações e interpretações emitidas pelo CPC e pelo IASB e normas publicadas vigentes a partir de 2019

- ICPC 22/IFRIC 23 - Incerteza sobre o Tratamento de Impostos sobre o Lucro

Em dezembro de 2018, o CPC/IASB emitiu a ICPC 22/IFRIC 23 - Incerteza sobre o Tratamento de Impostos sobre o Lucro, com o objetivo de clarificar a contabilização quando há incertezas dos impostos sobre o lucro regulamentados pelo CPC 32/IAS 12 - Tributos sobre o Lucro. Esse pronunciamento contábil tem vigência para exercícios sociais que se iniciarem a partir de 1º de janeiro de 2019.

Na avaliação da Administração da Companhia, não existiram impactos significativos em decorrência da interpretação, uma vez que todos os procedimentos adotados para a apuração e recolhimento de tributos sobre o lucro estão amparados na legislação e precedentes de Tribunais Administrativos e Judiciais.

- CPC 06 (R2)/IFRS 16 - Operações de Arrendamento Mercantil

CPC 06 (R2)/IFRS 16 - Operações de Arrendamento Mercantil, elimina a distinção entre arrendamentos operacionais e arrendamentos financeiros a partir de 1º de janeiro de 2019. Além disso, a norma exige o reconhecimento de um ativo (o direito de usar o item arrendado) e um passivo financeiro relativo aos de alugueis futuros descontados a valor presente para praticamente todos os contratos de arrendamento.

Despesas com arrendamento operacional são substituídas por despesas de depreciação relacionadas ao direito de uso e despesas de juros relacionadas ao passivo de arrendamento. Anteriormente, a Companhia reconhecia as despesas de arrendamento operacional pelo método linear pelo prazo do arrendamento e reconhecia os ativos e os passivos somente na medida em que houvesse uma diferença de tempo entre os pagamentos reais do arrendamento e o período de competência da despesa de aluguel. Assim, indicadores de desempenho como o EBITDA ("Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization") e, em menor medida, o resultado operacional serão positivamente impactados; inversamente, o resultado financeiro será afetado negativamente.

Por fim, o lucro líquido também será afetado, pois a despesa total de arrendamento (despesa de depreciação somada despesa financeira) é geralmente maior no início do contrato e diminui ao longo do tempo, ao contrário de um encargo linear sob o padrão atual. Adicionalmente, o caixa líquido das atividades operacionais será maior, uma vez que os pagamentos em dinheiro pela parte principal do passivo de arrendamento e os juros relacionados serão classificados como fluxos de caixa das atividades de financiamento.

A adoção da norma CPC 06 (R2)/IFRS 16 afetou principalmente o reconhecimento de arrendamentos operacionais para as lojas e o Centro de distribuição da Companhia.

A Administração decidiu adotar a abordagem retrospectiva modificada como método de transição em 1º de janeiro de 2019, e prospectivamente desde o início do primeiro período praticável.

A Administração optou em aplicar as duas isenções de reconhecimento propostas pela norma nos seguintes contratos: (i) locações de bens de curto prazo (inferior ou igual a doze meses); e (ii) arrendamentos de propriedade relacionados a ativos de baixo valor ou com valores variáveis.

Alugueis não incluídos na avaliação inicial do passivo (por exemplo, alugueis variáveis) são classificados como despesas operacionais, assim como os encargos relacionados a arrendamentos de curto prazo, de baixo valor ou com valores variáveis.

O prazo do arrendamento é o período legalmente aplicável do contrato e levou em conta as opções de rescisão e renovação, cujo uso pela Companhia é razoavelmente certo.

Os fluxos de pagamentos de aluguéis são ajustados a valor presente, considerando o prazo remanescente de cada contrato, e aplicando taxa de desconto incremental que corresponde às cotações de mercado, com prazo e garantia semelhante junto a instituições financeiras que possuem relacionamento com a Companhia, nas datas iniciais de cada um dos contratos de arrendamento e equivalente às captações com montantes que representam o total de investimentos para abertura de novas lojas. A taxa de desconto foi construída pela taxa real de desconto correspondente as cotações de mercado (referência em % do Certificado de Depósito Interbancário - CDI), adicionando o spread e reduzindo as garantias conforme taxas de mercado dos principais bancos com os quais a companhia opera. Foi considerada curva de taxa do CDI futura em função dos diferentes prazos de amortização dos contratos de arrendamento firmado, uma vez que a taxa do CDI futura apresentou redução ao longo do ano de 2019.

A tabela abaixo evidencia as taxas nominais praticadas, vis-à-vis os prazos dos contratos:

<u>Prazo dos contratos</u>	<u>Taxa % a.a.</u>
Até 5 anos	De 6,61% a 8,32%
De 6 a 10 anos	De 6,58% a 9,75%
De 11 a 16 anos	De 8,48% a 9,51%

A Companhia detinha 167 contratos de compromissos de arrendamento mercantil operacional em 31 de dezembro de 2019 e destes, 131 contratos foram classificados como direito de uso de locação na adoção inicial.

Mensuração do passivo de arrendamento e do ativo de direito de uso

Dos contratos que foram escopo da norma, a Administração da Companhia considerou como componente de arrendamentos somente o valor do aluguel mínimo fixo para fins de avaliação do passivo. Em 1º de janeiro de 2019, a mensuração do passivo de arrendamento corresponde ao total dos pagamentos futuros de aluguéis fixos, nos quais consideramos as renovatórias de acordo com a política interna da Companhia, cujo prazo ocorre normalmente um ano antes do vencimento do contrato quando identificamos a "razoável certeza" da renovação.

A mensuração do ativo de direito de uso corresponde ao valor inicial do passivo de arrendamento mais os custos diretos iniciais incorridos. A Administração da Companhia optou por utilizar o expediente prático para transição e não considerar os custos iniciais na mensuração inicial do ativo de direito de uso, com isso mantendo o mesmo valor do passivo inicial de arrendamento.

Em conformidade com o CPC 06 (R2), na mensuração e na remensuração de seu passivo de arrendamento e do direito de uso, a Companhia utilizou a técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação futura projetada nos fluxos a serem descontados (fluxo real e taxa de desconto nominal).

Em 1º de janeiro de 2019, a Companhia reconheceu um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento ao valor presente de R\$387.225 e os efeitos no exercício estão descritos na nota explicativa nº 24.

Informações adicionais

Embora a metodologia contábil utilizada pela Companhia esteja em linha com a regra disposta no IFRS 16/CPC06(R2), ela gera distorções na informação a ser prestada devido ao descasamento entre fluxo de caixa e valor presente, dada a realidade atual das taxas de juros de longo prazo no ambiente econômico brasileiro. Deste modo, a Companhia recalculou os valores de depreciação e encargos financeiros do período total de vigência dos contratos ativos em 31 de dezembro de 2019, com base em um fluxo de caixa futuro que incorpora a expectativa inflacionária (fluxo nominal). A tabela abaixo apresenta as diferenças entre a política contábil adotada pela Administração da Companhia ("Balanco Patrimonial") e os valores considerando os fluxos de caixa com a projeção da inflação ("Nota Explicativa"), conforme sugerido pelo Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP/nº 02/2019, em 31 de dezembro de 2019.

	<u>Balanco</u> <u>Patrimonial</u>	<u>Nota</u> <u>explicativa</u>
Balanco		
Direito de uso	434.049	454.567
Arrendamento - direito de uso (passivo)	455.010	477.916
Resultado		
Depreciação	(65.285)	(73.825)
Juros	(35.980)	(40.138)
Créditos de Pis e Cofins s/ aluguel	6.954	6.954

A tabela a seguir detalha as diferenças entre saldos de ativo, saldos de passivo, valores de depreciação, e juros, ano a ano, entre a metodologia sugerida no Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP/nº 02/2019 e a adoção escolhida pela Companhia, em plena conformidade com o IFRS 16/CPC06 (R2). A tabela evidencia que ao final dos contratos de arrendamento ambas as formas de adoção apresentam efeito nulo no Patrimônio Líquido da Companhia.

	<u>Adoção</u> <u>inicial</u>	<u>Dez./19</u>	<u>Dez./20</u>	<u>Dez./21</u>	<u>Dez./22</u>	<u>Dez./23</u>	<u>Dez./24</u>	<u>Dez./25</u>	<u>Dez./26</u>	<u>Dez./27</u>	<u>Dez./28</u>	<u>Dez./29</u>	<u>Dez./30</u>	<u>Dez./31</u>
<u>Ativo de arrendamento</u>														
Balanco patrimonial	387.225	434.049	362.402	283.487	234.574	181.794	135.028	94.527	59.446	33.369	16.829	10.099	742	-
Nota explicativa	441.948	454.567	376.325	294.835	244.883	190.285	141.764	99.612	62.826	35.184	17.556	10.334	951	-
<u>Passivo de arrendamento</u>														
Balanco patrimonial	387.225	455.010	394.278	320.978	276.323	222.954	172.482	125.744	82.249	47.818	24.754	15.401	1.115	-
Nota explicativa	441.948	477.916	414.598	340.271	295.918	240.678	187.406	142.203	94.148	54.763	27.654	16.358	1.942	-
<u>Despesas financeiras</u>														
Balanco patrimonial	-	35.980	33.865	28.898	24.234	19.745	15.381	11.321	7.466	4.400	2.284	1.426	93	-
Nota explicativa	-	40.138	35.572	30.625	25.904	21.269	16.679	12.731	8.495	5.004	2.545	1.506	161	-
<u>Despesa de depreciação</u>														
Balanco patrimonial	-	65.285	71.109	65.640	53.739	51.546	42.019	38.820	30.031	22.329	9.904	3.396	207	-
Nota explicativa	-	73.825	72.907	67.455	55.591	53.313	43.685	40.497	31.784	23.610	10.814	3.478	265	-

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>2019</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Caixa e bancos	6.224	10.881	22.669
Aplicações financeiras (*)	<u>163.053</u>	<u>149.948</u>	<u>38.420</u>
Total	<u>169.277</u>	<u>160.829</u>	<u>61.089</u>

(*) Representadas por compromissadas e Certificados de Depósito Bancário - CDBs e remuneradas a uma taxa média de 101,05% da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI em 31 de dezembro de 2019 (101,48% em 31 dezembro de 2018 e 99,41% em 31 de dezembro de 2017), as quais são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e sujeitas a um risco insignificante de mudança de valor.

5. CONTAS A RECEBER

	<u>2019</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Operadoras de cartões (*)	96.055	75.436	64.927
Duplicatas a receber	21	199	1.203
Partes relacionadas - nota explicativa nº 17	-	528	959
Total	<u>96.076</u>	<u>76.163</u>	<u>67.089</u>

(*) Apresentadas líquidas das taxas de administração por elas cobradas.

A Companhia não antecipou recebíveis de cartão de crédito no ano de 2019 e de 2018. No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia antecipou recebíveis, no montante de R\$29.463, gerando encargos conforme demonstrado na nota explicativa nº 20.

O prazo médio de recebimento das contas a receber, representado substancialmente por operadoras de cartões é de 30 dias em 31 de dezembro de 2019 (30 e 34 dias em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, respectivamente).

A exposição máxima ao risco de crédito nas datas dos balanços é o valor contábil de cada faixa de idade de vencimento dos títulos a receber, conforme demonstrado a seguir:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Vencidos	642	633	362
A vencer:			
De 1 a 30 dias	64.154	49.452	44.755
De 31 a 60 dias	15.979	12.035	10.171
De 61 a 90 dias	7.631	5.731	5.032
Acima de 90 dias	<u>7.670</u>	<u>8.312</u>	<u>6.769</u>
Total	<u>96.076</u>	<u>76.163</u>	<u>67.089</u>

6. ESTOQUES

	<u>2019</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Mercadorias para revenda	131.673	99.436	84.139
Adiantamento de importação	4.624	641	79
Outros	<u>129</u>	<u>10</u>	<u>951</u>
	136.426	100.087	85.169
Provisão para perdas	<u>(3.769)</u>	<u>(2.598)</u>	<u>(2.351)</u>
Total	<u>132.657</u>	<u>97.489</u>	<u>82.818</u>

O custo dos estoques vendidos reconhecido ao resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 é de R\$450.363 (R\$371.910 em 31 de dezembro de 2018 e R\$295.731 em 31 de dezembro de 2017).

Movimentação da provisão para perdas

	<u>2019</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Saldo inicial	(2.598)	(2.351)	(1.426)
Adição	(15.003)	(14.259)	(10.964)
Realização da perda	11.234	11.923	8.613
Reversão	<u>2.598</u>	<u>2.089</u>	<u>1.426</u>
Movimento	<u>(1.171)</u>	<u>(247)</u>	<u>(925)</u>
Saldo final	<u>(3.769)</u>	<u>(2.598)</u>	<u>(2.351)</u>

7. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

	<u>2019</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - Substituição Tributária ICMS ST (a)	23.589	6.872	926
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	-	1.342	1.342
Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS (b)	9.153	40	57
Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI	74	129	-
Outros	<u>4.251</u>	<u>944</u>	<u>326</u>
Total	<u>37.067</u>	<u>9.327</u>	<u>2.651</u>
Circulante	35.375	8.902	-
Não circulante	1.692	425	-

(a) Em 2019 a Companhia reconheceu R\$6.508 referente a créditos de ICMS-ST do ano de 2018 e R\$10.616 do próprio ano de 2019, após concluído o processo de habilitação da CAT 42 por parte das autoridades fiscais. A expectativa da Companhia é que a totalidade destes créditos seja realizada no ano de 2020.

(b) Reconhecimento dos créditos atualizados monetariamente de PIS e COFINS referente habilitação do crédito protocolada na Receita Federal em 19 de dezembro de 2019 e cuja certidão de trânsito em julgado foi emitida em 15 de maio de 2019, referente a exclusão do ICMS da base de cálculo das contribuições federais. O montante de créditos registrado totaliza R\$7.745. A expectativa da Companhia é que a totalidade dos créditos de PIS e COFINS seja realizadas no ano de 2020.

8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Composição do IRPJ e CSLL diferidos

	<u>2019</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Benefício fiscal do ágio (i)	2.388	7.166	11.944
Mais-valia de ativos (ii)	(191)	(255)	(320)
Provisão para perdas nos estoques	591	772	711
Provisão para riscos cíveis e trabalhistas	752	694	587
Plano de opção de compra de ações	500	380	245
Provisão de participação nos lucros e resultados	3.385	2.127	2.131
Efeito do CPC06 (R2)/IFRS 16	7.127	-	-
Outras	218	675	3.237
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	-	1.047	3.675
Total	<u>14.770</u>	<u>12.606</u>	<u>22.210</u>

- (i) A Companhia concluiu, em 30 de junho de 2015, o processo de incorporação do seu então controlador Warburg Pincus XI. Nesse acervo estava registrado um crédito tributário decorrente de ágio no montante de R\$70.263, líquido de provisão contábil para redução do ágio ao valor do respectivo benefício fiscal recuperável, remanescendo, assim, o montante de R\$23.889, conforme demonstrado a seguir:

Ágio pago na aquisição da Companhia, registrado no controlador Warburg Pincus XI	70.263
Provisão para redução ao benefício fiscal	<u>(46.374)</u>
Benefício fiscal	23.889
Amortização:	
Efeito de imposto de renda e contribuição social - 2015	(2.389)
Efeito de imposto de renda e contribuição social - 2016	(4.778)
Efeito de imposto de renda e contribuição social - 2017	(4.778)
Efeito de imposto de renda e contribuição social - 2018	(4.778)
Efeito de imposto de renda e contribuição social - 2019	<u>(4.778)</u>
Saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos	<u>2.388</u>

A amortização fiscal decorrente dessa transação está prevista para ocorrer em 60 meses. A amortização nos respectivos exercícios foi debitada à despesa de imposto de renda e contribuição social diferidos.

- (ii) Ainda como consequência da incorporação do seu controlador, foram reconhecidos na Companhia os efeitos do imposto de renda diferido sobre a mais/menos valia de determinados ativos, também registrados no acervo incorporado.

O Imposto de renda e contribuição social diferidos, provenientes de prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, com base nas projeções elaboradas pela Administração, cuja estimativa de realização está assim composta:

<u>Ano</u>	<u>Valor</u>
2020	8.761
2021	1.083
2022 em diante	<u>4.926</u>
Total	<u>14.770</u>

b) Conciliação do crédito de imposto de renda e contribuição social

	<u>2019</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	36.338	46.827	18.132
Alíquota nominal - %	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Expectativa de despesa de imposto de renda e contribuição social pela alíquota nominal	(12.355)	(15.921)	(6.165)
Adições permanentes, líquidas das exclusões	<u>(407)</u>	<u>(9)</u>	<u>(536)</u>
Despesa de imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	<u>(12.762)</u>	<u>(15.930)</u>	<u>(6.701)</u>
Corrente	(14.926)	(6.327)	(3.096)
Diferido	2.164	(9.603)	(3.605)
	<u>(12.762)</u>	<u>(15.930)</u>	<u>(6.701)</u>
Alíquota efetiva	35,1%	34,0%	37,0%

9. IMOBILIZADO

	Taxa média anual de depreciação - % (a)	2019			2018			2017		
		Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(a)	307.106	(76.825)	230.281	208.499	(49.157)	159.342	132.243	(29.456)	102.787
Móveis e utensílios	10	54.443	(13.214)	41.229	40.860	(8.368)	32.492	31.415	(4.889)	26.526
Máquinas e equipamentos	10	30.327	(7.301)	23.026	20.863	(4.840)	16.023	14.703	(3.245)	11.458
Veículos	20	1.120	(642)	478	1.209	(1.048)	161	1.163	(926)	237
Instalações	20	585	(514)	71	585	(450)	135	585	(386)	199
Equipamentos de informática	20	17.630	(8.557)	9.073	12.172	(5.214)	6.958	8.756	(3.263)	5.493
Direito de uso locação de imóveis	(a)	499.334	(65.285)	434.049	-	-	-	-	-	-
Adiantamento		5.195	-	5.195	444	-	444	85	-	85
Total		915.740	(172.338)	743.402	284.632	(69.077)	215.555	188.950	(42.165)	146.785

(a) A depreciação é calculada linearmente, com base no prazo dos contratos de aluguel firmados com terceiros, que variam de 5 a 20 anos.

A movimentação do imobilizado no exercício foi como segue:

	Saldo em 2016				Saldo em 2017				Saldo em 2018			
	Adições	Baixas	Transferência		Adições	Baixas	Transferência		Adições	Baixas	Transferência	
Custo:												
Benfeitorias em imóveis de terceiros	80.177	52.265	(193)	(6)	132.243	75.930	-	326	208.499			
Móveis e utensílios	19.728	11.707	(26)	6	31.415	9.763	(14)	(304)	40.860			
Máquinas e equipamentos	10.973	3.882	(152)	-	14.703	6.192	-	(32)	20.863			
Veículos	1.252	-	(89)	-	1.163	151	(105)	-	1.209			
Instalações	630	-	(45)	-	585	-	-	-	585			
Equipamentos de informática	6.069	2.687	-	-	8.756	3.414	(13)	10	12.167			
Adiantamento	-	85	-	-	85	359	-	-	444			
Total do custo	118.829	70.626	(505)	-	188.950	95.809	(132)	-	284.627			
Depreciação:												
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(15.549)	(13.825)	18	(100)	(29.456)	(19.712)	-	11	(49.157)			
Móveis e utensílios	(2.619)	(2.329)	1	58	(4.889)	(3.369)	6	(116)	(8.368)			
Máquinas e equipamentos	(2.046)	(1.272)	11	62	(3.245)	(1.660)	-	65	(4.840)			
Veículos	(758)	(221)	82	(29)	(926)	(210)	30	58	(1.048)			
Instalações	(324)	(62)	-	-	(386)	(64)	-	-	(450)			
Equipamentos de informática	(1.873)	(1.403)	4	9	(3.263)	(1.932)	4	(18)	(5.209)			
Total da depreciação	(23.169)	(19.112)	116	-	(42.165)	(26.947)	40	-	(69.072)			
Total do imobilizado	95.660	51.514	(389)	-	146.785	68.862	(92)	-	215.555			

	Saldo em 2018	Adições	Baixas	Transferência	Saldo em 2019
Custo:					
Benfeitorias em imóveis de terceiros	208.499	98.610	(3)	-	307.106
Móveis e utensílios	40.860	13.667	(84)	-	54.443
Máquinas e equipamentos	20.863	9.467	(3)	-	30.327
Veículos	1.209	-	(89)	-	1.120
Instalações	585	-	-	-	585
Equipamentos de informática	12.167	5.463	-	-	17.630
Direito de uso locação de imóveis	-	499.334	-	-	499.334
Adiantamento	444	4.751	-	-	5.195
Total do custo	284.627	631.292	(179)	-	915.740
Depreciação:					
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(49.157)	(27.668)	-	-	(76.825)
Móveis e utensílios	(8.368)	(4.865)	19	-	(13.214)
Máquinas e equipamentos	(4.840)	(2.462)	1	-	(7.301)
Veículos	(1.048)	406	-	-	(642)
Instalações	(450)	(64)	-	-	(514)
Equipamentos de informática	(5.209)	(3.348)	-	-	(8.557)
Direito de uso locação de imóveis	-	(65.285)	-	-	(65.285)
Total da depreciação	(69.072)	(103.286)	20	-	(172.338)
Total do imobilizado	215.555	528.006	(159)	-	743.402

Avaliação do valor recuperável

Os testes de recuperação são realizados anualmente conforme descrito na nota explicativa nº 3.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, de 2018 e de 2017, a Companhia não identificou fatores internos e externos que levassem à necessidade de reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável.

Ativos cedidos em garantia

Em 31 de dezembro de 2019, de 2018 e de 2017, a Companhia não possuía bens do ativo imobilizado dados em garantia ou penhora em operações de empréstimos e financiamentos bancários, tampouco arrolados em defesa de processos judiciais, exceto pelas obrigações assumidas por meio de contratos de arrendamento financeiro que estão garantidas pela titularidade do arrendador sobre os ativos arrendados e os ativos imobilizados das lojas de Sorocaba e Granja Viana, dadas em garantia do contrato de locação, nos montantes de R\$232 e R\$157, respectivamente.

Transações do imobilizado e do intangível que não envolveram caixa

As adições de imobilizado apresentadas nas demonstrações dos fluxos de caixa estão líquidas das parcelas a serem pagas nos próximos anos. Assim, para cada um dos exercícios, temos:

	2019	2018	2017
Total das adições do período:			
Imobilizado	631.292	95.809	70.626
Intangível - nota explicativa nº 10	31.874	10.200	5.148
Adoção do IFRS 16 (Direito de uso locação de imóveis)	(499.334)	-	-
Saldo de fornecedores de 2018 pagos no ano corrente - nota explicativa nº 11	10.508	5.780	-
Saldo a pagar de fornecedores em 2019 - nota explicativa nº 11	(13.967)	(10.508)	(5.780)
	160.373	101.281	69.994

10. INTANGÍVEL

	Taxa média anual de amortização - %	2019			2018			2017		
		Custo	Amortização acumulada	Valor Líquido	Custo	Amortização Acumulada	Valor líquido	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido
Licença de software	15	7.850	(4.078)	3.772	5.869	(2.769)	3.100	4.786	(1.733)	3.053
Projetos de T.I. (a)	10	26.455	(6.799)	19.656	14.636	(3.396)	11.240	6.653	(1.582)	5.071
Pontos comerciais	(b)	19.168	(1.693)	17.475	1.130	-	1.130	-	-	-
Acordo de não competição	10	124	(74)	50	124	(62)	62	124	(50)	74
Outros intangíveis	-	146	-	146	120	-	120	116	-	116
Total		53.743	(12.664)	41.099	21.879	(6.227)	15.652	11.679	(3.365)	8.314

(a) Os projetos de TI se referem a desenvolvimento e implantação de sistemas de Tecnologia da Informação e Licenciamentos.

(b) A amortização é calculada linearmente, com base no prazo dos contratos de aluguel firmados com terceiros, que variam de 5 a 10 anos.

A movimentação do intangível no exercício foi como segue:

	Saldo em 2016	Adições	Saldo em 2017	Adições	Saldo em 2018	Adições	Baixas	Saldo em 2019
Custo								
Custo:								
Licença de software	2.945	1.841	4.786	1.083	5.869	1.981	-	7.850
Projetos de T.I.	3.399	3.254	6.653	7.983	14.636	11.829	(10)	26.455
Pontos comerciais	-	-	-	1.130	1.130	18.038	-	19.168
Acordo de não competição	124	-	124	-	124	-	-	124
Outros intangíveis	63	53	116	4	120	26	-	146
Total do custo	6.531	5.148	11.679	10.200	21.879	31.874	(10)	53.743
Amortização:								
Licença de software	(967)	(766)	(1.733)	(1.036)	(2.769)	(1.309)	-	(4.078)
Projetos de T.I.	(781)	(801)	(1.582)	(1.814)	(3.396)	(3.404)	1	(6.799)
Pontos comerciais	-	-	-	-	-	(1.693)	-	(1.693)
Acordo de não competição	(36)	(14)	(50)	(12)	(62)	(12)	-	(74)
Outros intangíveis	-	-	-	-	-	-	-	-
Total da amortização	(1.784)	(1.581)	(3.365)	(2.862)	(6.227)	(6.418)	1	(12.644)
Total do intangível	4.747	3.567	8.314	7.338	15.652	25.456	(9)	41.099

Para maiores detalhes das transações do intangível que não envolveram caixa, vide nota explicativa nº 9 do imobilizado.

11. FORNECEDORES

	<u>2019</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Revenda	96.855	73.047	63.081
Imobilizado e intangível	13.967	10.508	5.780
Outras	<u>19.990</u>	<u>15.360</u>	<u>11.373</u>
Total	<u>130.812</u>	<u>98.914</u>	<u>80.234</u>

12. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS

	<u>2019</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Provisão de férias	13.745	11.005	8.500
Provisão de participação nos lucros e resultados	9.956	6.257	6.269
Salários a pagar	4.861	3.874	2.787
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS	1.385	898	683
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS	3.776	3.057	2.288
Outras	<u>2.397</u>	<u>2.010</u>	<u>1.483</u>
Total	<u>36.120</u>	<u>27.101</u>	<u>22.010</u>

13. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	<u>2019</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
ICMS	5.629	5.325	2.624
Imposto Sobre Serviços - ISS	361	328	205
Impostos retidos	458	314	211
PIS e COFINS	8.047	1.202	10.849
IRPJ e CSLL	8.672	1.483	-
Outros	<u>2.218</u>	<u>3.179</u>	<u>2.041</u>
Total	<u>25.385</u>	<u>11.831</u>	<u>15.930</u>

14. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

	<u>Encargos</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Garantias</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Arrendamentos mercantis financeiros: SG Equipment Finance	12,68% a.a.	Março/2019	Equipamentos e utilitários	-	98	459
Capital de giro:						
Banco Santander	1,95% a.a. + Selic Anual	Outubro/2019	Cessão fiduciária	-	6.259	13.765
Banco Santander	3,00% a.a. + Selic Anual	Março/2022	Cessão fiduciária	-	-	20.159
Banco Votorantim	3,00% a.a. + Selic Anual	Junho/2022	Cessão fiduciária	-	-	20.240
Banco Safra	3,30% a.a. + Selic Anual	Maió/2020	Cessão fiduciária	1.674	5.691	9.698
Banco ABC	3,40% a.a. + Selic Anual	Novembro/2020	Cessão fiduciária	16.630	28.141	30.027
Banco do Brasil	2,50% a.a. + Selic Anual	Dezembro/2020	Cessão fiduciária	9.170	19.171	20.009
Debênture:						
1ª Emissão de debêntures	1,40% a.a. + Selic Anual	Junho/2023	Cessão fiduciária	173.796	197.933	-
2ª Emissão de debêntures	1,30% a.a. + Selic Anual	Junho/2024	Cessão fiduciária	197.215	-	-
Total				<u>398.485</u>	<u>257.293</u>	<u>114.357</u>
Circulante				111.102	56.697	22.293
Não circulante				287.383	200.596	92.064

Características da 1ª Emissão de Debêntures

Em 10 de julho de 2018, foi realizada a 1ª emissão de debêntures da Companhia no montante de R\$200.000, que possuem prazo de vencimento de 60 meses (junho de 2023) ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado conforme cláusulas na escritura de emissão, conforme segue:

- A relação entre a dívida financeira líquida ajustada e o "Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization - EBITDA" - ajustado não deve ser maior a 2,5x.
- Decretação de vencimento antecipado originada de outra dívida bancária.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia estava adimplente com as referidas cláusulas

De acordo com a escritura não haverá repactuação programada das debêntures, e determinadas condições e restrições em relação à solvência, reestruturação societária (em caso de alteração integral dos acionistas atuais), legislação socioambiental, trabalhista e anticorrupção, além do fornecimento de informações acessórias solicitadas conforme os prazos estipulados na escritura de emissão das debêntures, devem ser atendidas.

Os custos incorridos com as emissões das debêntures da Companhia, incluindo taxas, comissões e outros custos, totalizaram R\$3.177 e estão classificados na própria rubrica das respectivas debêntures e são apropriados ao resultado durante o período da dívida. Em 31 de dezembro de 2019, o valor a ser apropriado era de R\$2.277 (R\$2.912 em 31 de dezembro de 2018), sendo apresentado líquido no saldo das debêntures.

A amortização do principal das debêntures ocorre em 49 parcelas consecutivas, sendo a primeira a partir do 12º mês após a emissão. O pagamento da remuneração ocorrerá mensalmente, sendo o primeiro pagamento devido pago em 10 de agosto de 2018.

Características da 2ª Emissão de Debêntures

Em 28 de Junho de 2019, foi realizada a 2ª emissão de debêntures da Companhia no montante de R\$200.000, que possuem prazo de vencimento de 60 meses (junho de 2024) ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado conforme cláusulas na escritura de emissão, conforme segue:

- A relação entre a dívida financeira líquida ajustada e o "Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization - EBITDA" - ajustado não deve ser maior a 2,5x.
- Decretação de vencimento antecipado originada de outra dívida bancária.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia estava adimplente com as referidas cláusulas

De acordo com a escritura não haverá repactuação programada das debêntures, e determinadas condições e restrições em relação à solvência, reestruturação societária (em caso de alteração integral dos acionistas atuais), legislação socioambiental, trabalhista e anticorrupção, além do fornecimento de informações acessórias solicitadas conforme os prazos estipulados na escritura de emissão das debêntures, devem ser atendidas.

Os custos incorridos com as emissões das debêntures da Companhia, incluindo taxas, comissões e outros custos, totalizaram R\$3.087 e estão classificados na própria rubrica das respectivas debêntures e são apropriados ao resultado durante o período da dívida. Em 31 de dezembro de 2019, o valor a ser apropriado era de R\$2.830, sendo apresentado líquido no saldo das debêntures.

A amortização do principal das debêntures ocorre em 17 parcelas consecutivas, sendo a primeira a partir do 12º mês após a emissão. O pagamento da remuneração ocorrerá trimestralmente, sendo o primeiro pagamento efetuado em 28 de setembro de 2019.

A movimentação dos empréstimos e financiamentos no exercício foi como segue:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Saldo inicial	257.293	114.357	24.173
Novas captações	200.000	200.000	100.703
Amortizações de principal	(61.079)	(57.685)	(10.864)
Pagamento de encargos financeiros	(20.737)	(14.070)	(6.110)
Encargos financeiros incorridos	23.008	14.691	6.455
Saldo final	<u>398.485</u>	<u>257.293</u>	<u>114.357</u>

Em 31 de dezembro de 2019, os montantes têm a seguinte composição por ano de vencimento:

<u>Ano</u>	<u>Valor</u>
2020	111.102
2021	94.979
2022	94.979
2023	74.796
2024	22.629
Total	<u>398.485</u>

A Companhia possui outros contratos de empréstimo com cláusulas restritivas determinando níveis máximos de endividamento e alavancagem, que devem ser cumpridas anualmente, conforme segue:

- A relação entre a dívida financeira líquida ajustada e o "Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization - EBITDA" - ajustado não deve ser maior ou igual a 2,5x ou 3,0x, medidos anualmente.
- Todos os empréstimos da Companhia, inclusive as duas emissões de debêntures, possuem cláusulas de vencimento antecipado em caso de alteração de controle. A Companhia está em processo de negociação e assinatura dos referidos aditamentos junto às instituições financeiras.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia estava adimplente com as referidas cláusulas.

Garantias - Cessão fiduciária

Em 31 de dezembro de 2019, os Empréstimos e Financiamentos da Companhia exigem garantias, no formato de Recebíveis de Cartões de Crédito, com valor mínimo de 20% do saldo devedor, controlados e checados diariamente pelo Agente Fiduciário (no caso das Debêntures) ou pelos bancos emissores das Cédulas de Crédito Bancário.

15. PROGRAMA DE FIDELIZAÇÃO

O programa de fidelização "Vale a Pena Ser Fiel" promove as compras de produtos efetuadas pelos clientes nas lojas, que são transformadas em crédito para compras futuras.

De acordo com o regulamento do programa, é concedido um bônus de até 10% do valor pago, para ser utilizado única e exclusivamente no mês subsequente ao da compra, em qualquer loja.

O valor justo é calculado com base nos valores obtidos pelos clientes, no ato da compra, ajustado por uma parcela relacionada à expectativa de utilização.

A receita de vendas, alavancada pelo programa de fidelização, é registrada em receita diferida e reconhecida ao resultado, conforme descrito nas notas explicativas nº 3.a) e nº 3.m).

Em 31 de dezembro de 2019, a receita diferida do programa de fidelização é de R\$2.252 (R\$1.982 em 2018 e R\$2.119 em 2017), e o efeito no resultado do exercício foi negativo em R\$269 (R\$137 positivo em 2018 e R\$590 negativo em 2017).

16. PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS E TRABALHISTAS

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possuía riscos de natureza cível e trabalhista, cuja possibilidade de desfecho foi considerada desfavorável pela Administração, amparada por seus assessores jurídicos externos e pela controladoria interna, sendo:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Trabalhistas (a)	1.715	1.706	1.294
Cíveis (b)	<u>497</u>	<u>336</u>	<u>433</u>
Total	<u>2.212</u>	<u>2.042</u>	<u>1.727</u>

(a) A Companhia é parte passiva de reclamações trabalhistas movidas por ex-funcionários e terceiros, cujos pedidos, em sua maioria, se constituem em pagamentos de verbas rescisórias, adicionais salariais, horas extras e verbas devidas em razão de responsabilidade subsidiária. A provisão também envolve valores relacionados ao recolhimento previdenciário de INSS e IRRF.

(b) A provisão de risco cível está relacionada a pedido de indenizações por supostos incidentes ocorridos nas lojas.

A movimentação das provisões para riscos cíveis e trabalhistas, bem como dos depósitos judiciais no exercício foi como segue:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
<u>Provisão</u>			
Saldo inicial	2.042	1.727	1.037
Adições	2.212	2.042	2.958
Pagamentos	(474)	(336)	(626)
Reversões	<u>(1.568)</u>	<u>(1.391)</u>	<u>(1.642)</u>
Saldo final	<u>2.212</u>	<u>2.042</u>	<u>1.727</u>
<u>Depósitos judiciais (*)</u>			
Saldo inicial	341	269	158
Adições	835	202	400
Resgates	<u>(457)</u>	<u>(130)</u>	<u>(289)</u>
Saldo final	<u>719</u>	<u>341</u>	<u>269</u>

(*) Registrados na rubrica "outros créditos" no ativo não circulante.

Processos com risco de perda possível

A Administração não considerou necessária a constituição de provisão para eventual perda sobre os processos judiciais em andamento, para os quais, na avaliação dos seus assessores jurídicos, a probabilidade de perda é possível, sendo:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Trabalhistas	2.340	1.478	1.054
Cíveis	593	115	5
Tributários	1.077	1.077	1.077
Total	<u>4.010</u>	<u>2.670</u>	<u>2.136</u>

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social de R\$50.515 é representado por 174.183 ações, sem valor nominal, assim distribuídas:

	<u>Ações</u>		Valor expresso em reais (R\$)
	<u>Ordinárias</u>	<u>Total</u>	
WP XI A Fundo de Investimentos em Participações	95.954	95.954	50.257.679
Sergio Zimerman	78.229	78.229	257.679
Total	<u>174.183</u>	<u>174.183</u>	<u>50.515.358</u>

Em 1º de junho de 2017, o acionista WP XI A Fundo de Investimentos em Participações ("Warburg Pincus XI") aumentou o capital social no montante de R\$25.000, por meio de emissão de 5.324 ações ordinárias, passando a deter 55,09% do capital social total e votante da Companhia.

Em 19 de novembro de 2019 a FHZ Participações vendeu suas ações para o atual CEO da Companhia, Sergio Zimerman.

b) Reserva de capital

Em 6 de dezembro de 2013, o Warburg Pincus XI adquiriu da FHZ 78.230 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal e subscreveu novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal de emissão da Companhia. Dessa forma, o Warburg Pincus XI passou a deter ações representativas de 50% mais uma ação do capital social total e votante da Companhia.

O preço de emissão total pela subscrição foi de R\$80.004, totalmente integralizado em moeda corrente nacional ao patrimônio da Companhia, sendo R\$186 como aumento do capital social da Companhia e R\$79.818 destinados à rubrica "Reserva de capital". Na mesma data, foi emitido um bônus de subscrição a favor do Warburg Pincus XI, conferindo-lhe o direito de subscrever o número de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal de emissão da Companhia conforme fórmulas predefinidas no mencionado bônus de subscrição, bem como foi pago o preço de subscrição definido no Contrato de Compra e Venda firmado pelas partes em 16 de agosto de 2013.

c) Reserva Legal

Do lucro líquido apurado, deverá ser deduzida a parcela de 5% para a constituição da reserva legal, que não excederá 20% do capital social.

Em 31 de dezembro de 2019 o saldo da reserva legal era de R\$2.851 (R\$1.672 em 31 de dezembro de 2018 e R\$127 em 31 de dezembro de 2017).

d) Dividendos

Aos acionistas é assegurado, em cada exercício social, o dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido em conformidade com o Estatuto da Companhia e a Lei das Sociedades por Ações.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, de 2018 e de 2017 a Companhia destinou dividendos mínimos obrigatórios, conforme segue:

	2019	2018	2017
Lucro líquido do exercício	23.576	30.897	11.431
Constituição de reserva legal - 5%	1.179	1.545	127
Base para destinação dos dividendos mínimos obrigatórios	<u>22.397</u>	<u>29.352</u>	<u>11.304</u>
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	<u>5.599</u>	<u>7.338</u>	<u>603</u>
Dividendo mínimo obrigatório por ação (em R\$)	<u>32</u>	<u>42</u>	<u>4</u>

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia efetuou a destinação dos dividendos mínimos obrigatórios, no valor de R\$5.599 (R\$7.338 em 31 de dezembro de 2018 e R\$603 em 31 de dezembro de 2017).

Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 30 de abril de 2019 foi aprovado o pagamento dos dividendos mínimos obrigatórios dos anos de 2018 e de 2017, bem com o saldo integral da reserva de lucros de 31 de dezembro de 2018, totalizando R\$31.764.

O saldo remanescente, no montante de R\$16.798, terá a destinação determinada pela Assembleia Geral de Acionistas, observada a legislação aplicável.

e) Reserva para plano de opção de compra de ações

No âmbito do Plano de Opção de Compra de Ações ("Plano"), aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 6 de dezembro de 2013, determinados membros da Administração e os executivos da Companhia ("Participantes") são elegíveis a participar do plano de opção de compra de ações preferenciais de emissão da Companhia ("Opção"), concedendo a eles a possibilidade de investirem e se tornarem sócios da Companhia.

O Conselho de Administração poderá criar, periodicamente, Programas de Opção de Compra de Ações ("Programas"), nos quais serão definidos: (i) os termos e as condições de cada outorga de Opções; (ii) as pessoas às quais as Opções serão concedidas (Participantes); (iii) o número, o percentual e a espécie de ações da Companhia que os Participantes terão o direito de subscrever com o exercício da Opção; (iv) os prazos (mínimo e máximo) para o exercício da Opção; (v) o eventual escalonamento das Opções concedidas em lotes sujeitos a prazos mínimos; e (vi) quaisquer restrições às ações recebidas pelo exercício de Opções e disposições sobre penalidades eventualmente aplicáveis, observadas as linhas básicas estabelecidas no Plano.

O preço de exercício fixado está sujeito à variação do CDI, desde 6 de dezembro de 2013 até a data do efetivo pagamento, com carência para livre negociação após cinco anos da data de outorga das Opções. O exercício das Opções poderá ser antecipado integralmente em caso de ocorrência de um "Evento de Liquidez".

As Opções serão exercidas por meio da emissão de novas ações e/ou pela alienação de ações em tesouraria detidas pela Companhia, conforme Opção a ser tomada pelo Conselho de Administração quando do exercício.

Enquanto não forem exercidas e convertidas em ações, as Opções não farão jus a dividendos ou juros sobre o capital próprio, nem outro direito patrimonial ou político na Companhia.

O valor justo para os Planos de Opção de Compra de Ações foi calculado na data de outorga de cada plano com base no método "Black and Scholes". Os efeitos foram refletidos nas despesas operacionais, no resultado, e na rubrica "Reservas de lucros", no patrimônio líquido, como segue:

<u>Data da outorga e programa</u>	<u>No exercício findo em 31/12/2019</u>	<u>Valores a registrar em exercícios futuros</u>
31 de janeiro de 2014 - Primeiro Programa	1	-
31 de janeiro de 2015 - Segundo Programa	1	1
25 de fevereiro de 2016 - Terceiro Programa	9	14
2 de janeiro de 2017 - Quarto Programa	24	16
2 de janeiro de 2018 - Quinto Programa	174	175
1 de março de 2019 - Sexto Programa	16	19
2 de janeiro de 2019 - Sétimo Programa	125	149
2 de janeiro de 2019 - Oitavo Programa	3	3
Total	353	377

A movimentação das opções de compra de ações para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 está apresentada a seguir:

	<u>Primeiro Programa</u>	<u>Segundo Programa</u>	<u>Terceiro Programa</u>	<u>Quarto Programa</u>	<u>Quinto Programa</u>	<u>Sexto Programa</u>	<u>Sétimo Programa</u>	<u>Oitavo Programa</u>	<u>Total</u>
Total de opção de compra de ações	3.914	1.188	400	70	2.913	607	4.676	36	13.804
Outorga de opções adicionais	-	554	470	568	-	-	-	-	1.592
Opções canceladas	(2.471)	(80)	(160)	-	(559)	-	-	-	(3.270)
Saldo atual do número de opções de compra de ações em 31 de dezembro de 2019	<u>1.443</u>	<u>1.662</u>	<u>710</u>	<u>638</u>	<u>2.354</u>	<u>607</u>	<u>4.676</u>	<u>36</u>	<u>12.126</u>

Na determinação do valor justo das opções de compra de ações, foram utilizadas as seguintes premissas econômicas:

	<u>Primeiro Programa</u>	<u>Segundo Programa</u>	<u>Terceiro Programa</u>	<u>Quarto Programa</u>	<u>Quinto Programa</u>	<u>Sexto Programa</u>	<u>Sétimo Programa</u>	<u>Oitavo Programa</u>
Data da outorga	31/01/14	31/01/15	25/02/16	02/01/17	02/01/18	02/01/19	02/01/19	01/03/19
Início do prazo de exercício das opções	31/01/15	31/01/16	25/02/17	02/01/18	02/01/19	02/01/20	02/01/20	01/03/20
Período de "vesting"	5 anos	5 anos	5 anos	5 anos	5 anos	5 anos	5 anos	5 anos
Término do prazo de exercício das opções	31/01/24	31/01/25	25/02/26	02/01/27	02/01/28	02/01/29	02/01/29	01/03/29
Taxa de juros livre de risco	12,84%	16,19%	10,92%	7,18%	6,78%	6,41%	6,41%	6,41%
Número de administradores e executivos elegíveis	8	8	7	5	2	18	10	2
Indexador	CDI	CDI	CDI	CDI	CDI	CDI	CDI	CDI
Número de opções em aberto	1.443	1.662	710	638	2.354	607	4.676	36

18. PARTES RELACIONADAS

a) Saldos e transações

	<u>2019</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
<u>Saldos</u>			
Ativo circulante:			
Contas a receber (i)	-	528	959
Passivo circulante:			
Arrendamento mercantil (ii)	30.268	343	338
<u>Transações</u>			
Receita de venda de mercadorias (i)	2.102	7.180	10.011
Receita de "royalties" (i)	49	168	225
Despesa com aluguel e juros (ii)	4.576	4.041	3.841
Conselheiros (iii)	247	233	231

- (i) Em 1º de setembro de 2013, a Companhia firmou contrato de franquia com a Pet Center Marginal S.A. ("PCM") e a Pet Center Eldorado S.A. ("PCE"), suas antigas acionistas. O contrato prevê o fornecimento de produtos de revenda pela franqueadora e a utilização da marca "Petz" pelas franqueadas. As vendas são realizadas em condições definidas entre as partes. Em 1º de junho de 2017 ocorreu o distrato do contrato de franquia com a PCE, sem aquisição do ponto comercial. Em 15 de abril de 2019 ocorreu o distrato do contrato de franquia com a PCM com aquisição do ponto comercial no montante de R\$17.037.
- (ii) A Companhia possui contratos de locação firmados com a Zimerman Participações Ltda., correspondentes à locação do escritório e depósito da loja Marginal Tietê. O saldo indicado está considerando os efeitos do CPC06(R2)/IFRS 16.
- (iii) Em 29 de agosto de 2019 foi nomeada Tania Zimerman como membro do Conselho de Administração, após a renúncia Haenni Zimerman.

b) Remuneração dos administradores

As despesas relativas à remuneração total do pessoal da Alta Administração (Diretores indicados conforme o Estatuto Social e o Conselho de Administração), registradas na demonstração do resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, de 2018 e de 2017, foram as seguintes:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Conselho de Administração	491	468	462
Diretores estatutários	5.961	5.530	5.079
Total	<u>6.453</u>	<u>5.998</u>	<u>5.541</u>
Proventos e encargos sociais	4.108	3.939	3.603
Gratificações e encargos sociais	1.548	1.362	1.331
Benefícios indiretos	306	229	145
Total	<u>5.962</u>	<u>5.529</u>	<u>5.079</u>

19. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	<u>2019</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Venda de mercadorias	1.090.547	841.923	661.272
Venda de serviços e demais receitas	86.869	80.234	62.778
Cancelamento de venda	(12.913)	(8.875)	(7.455)
Programa de fidelização - "Vale a Pena Ser Fiel"	<u>(269)</u>	<u>137</u>	<u>(590)</u>
Receita bruta de vendas	1.164.234	913.419	716.005
Tributos federais, estaduais e municipais	<u>(178.158)</u>	<u>(124.512)</u>	<u>(118.636)</u>
Total	<u>986.076</u>	<u>767.907</u>	<u>597.369</u>

20. DESPESA POR NATUREZA

	<u>2019</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Custo das mercadorias vendidas e dos serviços prestados	(455.382)	(381.189)	(296.447)
Despesa com pessoal	(181.164)	(137.545)	(117.170)
Custo de ocupação e consumo	(57.195)	(97.417)	(75.966)
Depreciação e amortização	(40.635)	(27.488)	(18.958)
Depreciação - Direito de uso locação de imóveis	(60.804)	-	-
Plano de opção de compra de ações (nota explicativa nº 17.c)	(353)	(396)	(168)
Créditos fiscais de Pis e Cofins - (nota explicativa nº 20.3)	7.745	8.791	-
Outras	<u>(112.174)</u>	<u>(79.492)</u>	<u>(63.593)</u>
Total	<u>(899.962)</u>	<u>(714.736)</u>	<u>(572.302)</u>

Classificadas como:

Custo das mercadorias vendidas e dos serviços prestados	(509.748)	(416.039)	(332.534)
Despesas com vendas	(281.092)	(217.187)	(162.859)
Despesas gerais e administrativas	(95.050)	(78.338)	(64.309)
Outras despesas operacionais, líquidas	<u>(14.072)</u>	<u>(3.172)</u>	<u>(12.600)</u>
Total	<u>(899.962)</u>	<u>(714.736)</u>	<u>(572.302)</u>

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, as despesas com aluguel, líquidas dos impostos a recuperar, totalizaram R\$57.144 (R\$45.749 em 31 de dezembro de 2017). As despesas de aluguel estão classificadas na linha de custo de ocupação e consumo. O saldo da rubrica "Arrendamento de direito de uso", relacionado a aluguéis de terceiros a pagar em 31 de dezembro de 2018, é de R\$6.238 (R\$4.670 em 31 de dezembro de 2017).

20.1. Outras despesas operacionais, líquida

	<u>2019</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Gastos com abertura de loja	(10.499)	(9.251)	(9.773)
Depreciação - Cessão de uso	(5.634)	-	-
Perdas Ação Trabalhista	(745)	(651)	(1.317)
Plano de opção de compra de ações (nota explicativa nº 17.c)	(353)	(396)	(168)
Créditos fiscais de Pis e Cofins (nota explicativa nº 7)	7.745	8.791	-
Outras	<u>(4.586)</u>	<u>(1.665)</u>	<u>(1.342)</u>
Total	<u>(14.072)</u>	<u>(3.172)</u>	<u>(12.600)</u>

21. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>2019</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Receitas financeiras:			
Rendimentos de aplicações financeiras	7.311	6.172	2.057
Descontos obtidos de fornecedores por antecipação	1.403	2.730	1.527
Outras	-	684	213
Total	<u>8.714</u>	<u>9.586</u>	<u>3.797</u>
Despesas financeiras:			
Encargos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	(23.008)	(14.691)	(6.455)
Juros sobre arrendamento - IFRS16	(33.508)	-	-
Encargos sobre antecipação de cartões de crédito	-	-	(443)
Despesas bancárias	(190)	(370)	(355)
Despesas com obtenção de empréstimos e financiamentos	(1.143)	(723)	(2.580)
Outras	(641)	(146)	(899)
Total	<u>(58.490)</u>	<u>(15.930)</u>	<u>(10.731)</u>

22. ARRENDAMENTOS DE DIREITO DE USO

Em 31 de dezembro 2019, a Companhia possuía 167 contratos de locação de lojas e centros administrativo e de distribuição com terceiros. Deste total, 131 contratos foram classificados como direito de uso de locação na adoção inicial e possuem prazos de vencimentos entre 2 e 16 anos e a taxa média ponderada de desconto no período é de 8,13% ao ano.

Os saldos e a movimentação dos ativos de direito de uso no exercício são:

	<u>2019</u>
Saldo no início do período	387.225
Adição/remensuração de novos contratos	<u>112.109</u>
	499.334
Depreciação	<u>(65.285)</u>
Saldo no final do período	<u>434.049</u>

Os saldos e a movimentação dos passivos de direito de uso no exercício são

	<u>2019</u>
Saldo no início do período	387.225
Adição/remensuração de novos contratos	<u>112.109</u>
	499.334
Pagamentos de arrendamentos	<u>(80.304)</u>
Encargos financeiros	<u>35.980</u>
Saldo no final do período	<u>455.010</u>
Passivo circulante	59.185
Passivo não circulante	<u>395.825</u>
Total	<u>455.010</u>

O cronograma de pagamentos dos saldos de arrendamentos está demonstrado a seguir:

	<u>2019</u>
Menos de 1 ano	59.185
De 2 a 3 anos	134.355
De 4 a 5 anos	107.280
De 6 a 8 anos	112.502
De 9 a 10 anos	28.177
Acima de 10 anos	<u>13.511</u>
Total	<u>455.010</u>

A movimentação das contas de resultado do período para os arrendamentos de direito de uso é:

	<u>2019</u>
Despesas com depreciação	(65.285)
Encargos financeiros apropriados	(35.980)
Créditos de Pis e Cofins s/aluguel	<u>6.954</u>
	<u>94.311</u>

23. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Considerações gerais e políticas

A Companhia contrata operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender às suas necessidades operacionais e financeiras.

A gestão desses instrumentos financeiros é realizada por meio de políticas, definição de estratégias e estabelecimento de sistemas de controle, sendo monitorada pela Administração da Companhia.

b) Categorias de instrumentos financeiros

	<u>2019</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
<u>Ativos financeiros</u>			
Custo amortizado:			
Caixa e equivalentes de caixa	169.277	160.829	61.089
Contas a receber	<u>96.076</u>	<u>76.163</u>	<u>67.089</u>
Total ativos financeiros	<u>265.353</u>	<u>236.992</u>	<u>128.178</u>
<u>Passivos financeiros</u>			
Custo amortizado:			
Empréstimos, financiamentos e debêntures	398.485	257.293	114.357
Fornecedores	130.812	98.914	80.234
Arrendamentos direito de uso a pagar	<u>455.010</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Total	<u>984.307</u>	<u>356.207</u>	<u>194.591</u>

c) Gestão de risco financeiro

Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: de mercado (risco de taxa de juros), de crédito e de liquidez. A gestão de risco da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro.

c.1) Risco de mercado

A Companhia está exposta principalmente à possibilidade de flutuações na taxa de juros.

O risco de taxa de juros da Companhia em 31 de dezembro de 2019 decorre de empréstimos, financiamentos e debêntures de curto e longo prazos, líquidos das aplicações financeiras. A Administração da Companhia tem como política manter os indexadores de suas exposições às taxas de juros prefixadas e pós-fixadas.

c.2) Risco de crédito

A Administração classifica como baixo o risco de crédito em virtude de as vendas serem realizadas para um grande número de clientes e grande parte da carteira de clientes ser predominantemente oriunda de vendas parceladas por meio de operadoras de cartões de crédito.

c.3) Risco de liquidez

A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais e de investimentos. O monitoramento engloba, ainda, o ciclo de caixa com dias de estoque, dias de fornecedor e dias de contas a receber.

A gestão prudente do risco de liquidez implica manter disponibilidades de caixa e relacionamento próximo com bancos para captação de recursos por meio de linhas de crédito.

A seguir, detalhes do vencimento dos passivos financeiros contratados:

<u>Operação</u>	<u>Até 1 ano</u>	<u>Até 2 anos</u>	<u>Até 3 anos</u>	<u>Até 4 anos</u>	<u>Até 5 anos</u>	<u>acima de 5 anos</u>	<u>Total</u>
Fornecedores	140.537	-	-	-	-	-	140.537
Empréstimos, financiamentos e debêntures	126.580	110.371	105.842	79.873	24.153	-	446.819
Arrendamento a pagar	96.585	93.608	82.634	74.416	66.309	202.258	615.811

d) Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são salvaguardar sua capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A posição financeira líquida corresponde ao total de caixa e equivalentes de caixa, subtraído do montante de empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Caixa e equivalentes de caixa	169.277	160.829	61.089
Empréstimos e financiamentos e debêntures	(398.485)	(257.293)	(114.357)
Dívida líquida	<u>(229.208)</u>	<u>(96.464)</u>	<u>(53.268)</u>

e) Gestão de risco de taxa de juros

A Companhia possui aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos com instituições financeiras para fazer frente à necessidade de caixa para investimentos, com juros prefixados e pós-fixados, diminuindo o risco de mercado.

Análise de sensibilidade da taxa de juros

A Administração da Companhia entende que, considerando um baixo risco de grandes variações no CDI em 2020, entretanto na análise de sensibilidade para o risco de aumento na taxa CDI que afetaria as despesas financeiras da Companhia, foram considerados os cenários projetados, conforme segue:

- Cenário I: apreciação 50% das variáveis de risco utilizadas para precificação.
- Cenário II: apreciação de 25% das variáveis de risco utilizadas para precificação.

<u>31 de dezembro de 2019</u>	<u>Taxa utilizada CDI Cetip</u>	<u>Risco</u>	<u>Cenário I Alta 50%</u>	<u>Cenário II Alta 25%</u>
Empréstimos para capital de giro sujeitos à variação do CDI	5,94%	Alta do CDI	(776)	(391)
Debêntures	5,94%	Alta do CDI	(4.878)	(2.454)

De forma a reduzir os possíveis efeitos do aumento do CDI a Companhia mantém aplicações financeiras remuneradas também pelo CDI, conforme nota explicativa nº 4, que reduzia os impactos do risco de alta do CDI mencionada acima, conforme segue:

<u>31 de dezembro de 2019</u>	<u>Taxa utilizada CDI Cetip</u>	<u>Efeito</u>	<u>Cenário I Alta 50%</u>	<u>Cenário II Alta 25%</u>
Aplicações financeiras sujeitas à variação do CDI	5,94%	Alta do CDI	2.468	1.176

24. LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO

Conforme mencionado na nota explicativa nº 17.a), o capital social da Companhia é constituído de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. De acordo com o pronunciamento técnico CPC 41/IAS 33 - Lucro por Ação, na tabela a seguir está reconciliado o lucro dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, de 2018 e de 2017 com os valores usados para calcular o lucro por ação básico e diluído.

Considerando que as opções de compra de ações não apresentaram efeito dilutivo e desta forma o lucro líquido por ação básico e diluído foram os mesmos em cada um dos exercícios apresentados, conforme segue:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
	Básico e diluído	Básico e diluído	Básico e diluído
Numerador básico e diluído:			
Lucro líquido do exercício atribuível aos acionistas da Companhia utilizado na apuração do lucro líquido básico e diluído por ação	23.576	30.897	11.431
Ações disponíveis:			
Média ponderada de ações em circulação utilizadas na apuração do lucro líquido básico por ação (*)	174.183.000	174.183.000	171.965.000
Média ponderada dos direitos de ações concedidos utilizadas na apuração do lucro líquido diluído por ação	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Média ponderada das ações disponíveis	<u>174.183.000</u>	<u>174.183.000</u>	<u>171.965.000</u>
Lucro líquido por ação - básico e diluído - R\$	<u>0,135</u>	<u>0,177</u>	<u>0,066</u>

(*) Considerando os efeitos do desdobramento de ações mencionadas nota explicativa nº27.

25. INFORMAÇÃO POR SEGMENTO

A Companhia possui apenas um segmento operacional definido como varejo e está organizada, e tem o seu desempenho avaliado, como uma única unidade de negócios para fins comerciais e gerenciais. As informações são apresentadas de forma consistente para o principal tomador de decisões do Grupo que é o CEO, responsável pela alocação de recursos e avaliação das operações.

Para fins gerenciais a Administração acompanha a receita bruta por categoria, conforme demonstrado a seguir:

<u>Receita bruta, líquida de cancelamentos</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Venda de mercadorias	1.077.509	833.291	653.409
Venda de serviços e demais receitas	86.725	80.128	62.596
Total	<u>1.164.234</u>	<u>913.419</u>	<u>716.005</u>

Adicionalmente, a Companhia também acompanha suas receitas brutas com base nos seguintes canais de venda:

<u>Canais de venda</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Digital	89.543	36.929	23.248
Físico	<u>1.074.691</u>	<u>876.490</u>	<u>692.757</u>
Total	<u>1.164.234</u>	<u>913.419</u>	<u>716.005</u>

26. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, levando em consideração a natureza de sua atividade e a orientação de seus consultores de seguros. A cobertura dos seguros, em valores de 31 de dezembro, é demonstrada, por limite contratado, conforme segue:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Responsabilidade civil de diretores, conselheiros e administradores	15.000	15.000	15.000
Seguro patrimonial - limite máximo de indenização (lojas e centro de distribuição)	72.167	72.167	40.560
Responsabilidade civil	5.000	5.000	1.000
Veículos - importância máxima por veículo	FIPE	FIPE	FIPE
Veículos - danos materiais a terceiros	500	500	1.000
Seguro Fiança	11.071	7.890	-
Seguro transporte nacional	500	-	-

27. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em Assembleia Geral Extraordinária – AGE, realizada em 18 de fevereiro de 2020, foi deliberada e aprovada as seguintes matérias:

- a submissão pela Companhia do pedido de registro de companhia aberta na categoria "A" perante a CVM, nos termos da Instrução CVM 480.
- a submissão à B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão: (a) do pedido de adesão da Companhia ao Novo Mercado; e (b) do pedido de admissão à negociação das ações da Companhia na B3, bem como a celebração com a B3 do Contrato de Participação do Novo Mercado, ficando a Diretoria da Companhia autorizada a tomar todas as medidas necessárias junto à B3 com vistas à formalização da adesão ao Novo Mercado.

A aprovação do desdobramento das 174.183 ações ordinárias representativas do capital social da Companhia à razão de 1 ação ordinária existente para 1.000 ações ordinárias, resultando em um total de 174.183.000 ações ordinárias, todas escriturais, nominativas e sem valor nominal. Com exceção da alteração do número de ações de emissão da Companhia, o desdobramento não resulta na modificação do valor total do capital social ou dos direitos conferidos pelas ações de emissão da Companhia a seus titulares. O desdobramento será operacionalizado e efetivado de modo a não alterar a participação proporcional dos acionistas no capital social da Companhia e não afetará os direitos e vantagens, patrimoniais ou políticos, das ações de emissão da Companhia.

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO

VISÃO GERAL DO NEGÓCIO

Somos a plataforma de soluções para *pets* mais abrangente do Brasil, e acreditamos ter mais lojas do que qualquer outra rede de varejo especializada, a maior rede de centros veterinários e de estética animal, que também promove o maior programa de adoção de cães e gatos do País, fortemente integrados em um ecossistema contando com 105 lojas situadas em 12 Estados do País e no Distrito Federal, e canais digitais operando com omnicanalidade completa. Em nossa plataforma Petz Solution, ofertamos um vasto sortimento de produtos, incluindo uma seleção exclusiva sob a marca "Petz", e serviços de saúde e estética animal; promovemos adoções de cães e gatos; e proporcionamos uma série de experiências voltadas aos *pets* e suas famílias, como eventos, espaços para diversão, projetos sociais, entre outros, valendo-se de iniciativas inovadoras em todas as ofertas, com o objetivo de agregar valor à interação entre todos os apaixonados por *pets*, sempre tendo em vista a promoção do bem-estar animal. Acreditamos estar em posição única para aproveitar as oportunidades proporcionadas pelo mercado brasileiro de *pets*, o quarto maior mercado do mundo, que se caracteriza por alto crescimento, um ambiente competitivo de alta fragmentação e grande resiliência em cenários de crise ou desaceleração econômica.

Nossa trajetória, em especial nos últimos anos, teve forte ritmo de crescimento de vendas e rentabilidade. Nossa receita líquida e nosso EBITDA Ajustado cresceram a uma taxa composta anual média (CAGR) de 32,6% e 88,8% no período entre 2015 e 2019, respectivamente, alcançando R\$986,1 milhõese R\$115.094 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, representando uma margem de EBITDA Ajustado de 11,7% sobre receita líquida. Em especial, nossa receita bruta por canais digitais representou 10% da receita bruta de vendas, no quarto trimestre de 2019, tendo crescido 160% em relação ao período trimestral do ano anterior, sendo que 78% da receita bruta por canais digitais neste mesmo período foi de receita omnicanal.

Fomos fundados em 2002, a partir da visão inicial de nosso fundador, Sergio Zimerman, de que uma rede de lojas especializadas, com oferta não só de produtos, mas de serviços e eventos, seria a maneira ideal de criar valor na relação com apaixonados por *pets* e assegurar mais expectativa e melhor qualidade de vida dos *pets*, o que tem sido nosso propósito desde o primeiro dia de nossa existência. Com a associação com Warburg Pincus, em 2013, além de obter capital financeiro, buscávamos aprimorar a governança corporativa e a profissionalização de nossa Companhia. A partir disso, concebemos um plano de longo prazo, modernizamos o conceito da nossa marca, desenvolvemos uma cultura de meritocracia organizacional e aplicamos ferramentas modernas de gestão, como por exemplo, implementação de plataformas de Business Analytics, de Planejamento e Controle Orçamentário (PCO) e de *E-procurement*. Este processo transformacional de nossa Companhia, com a combinação entre visão de negócio, planejamento estratégico e capacidade de execução, nos permitiu o crescimento acelerado de nossas operações que, combinado com uma maior eficiência operacional, proporcionou aumento expressivo de nossa rentabilidade, o que consolidou nossa posição de liderança nos mercados em que atuamos.

As tabelas abaixo destacam algumas das nossas informações financeiras e operacionais para os períodos indicados:

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de

(Em R\$ milhares, exceto quando indicado)

	2019	AH (%)	2018	AH (%)	2017
Receita bruta de vendas	1.164.234	27,5%	913.419	27,6%	716.005
Receita bruta de vendas digitais	89.543	142,5%	36.929	58,9%	23.248
Percentual de receita bruta de vendas digitais em relação à receita bruta total	7,7%	N/A	4,0%	N/A	3,2%
Percentual de receita bruta de vendas omnicanais em relação à receita bruta de vendas digitais	71,0%	N/A	29,0%	N/A	1,2%
Receita operacional líquida	986.076	28,4%	767.907	28,5%	597.369
EBITDA ⁽¹⁾	191.115	130,3%	82.980	81,3%	45.760
Margem EBITDA (em %) ⁽²⁾	19,4%	N/A	10,8%	N/A	7,7%
EBITDA Ajustado ⁽³⁾	115.095	50,8%	76.337	59,6%	47.827
Margem EBITDA Ajustado (em %) ⁽⁴⁾	11,7%	N/A	9,9%	N/A	8,0%
Lucro Líquido	23.576	-23,7%	30.897	170,3%	11.431
Empréstimos e financiamentos de curto prazo	111.102	96,0%	56.697	154,3%	22.293
Empréstimos e financiamentos de longo prazo	287.383	43,3%	200.596	117,9%	92.064
Dívida líquida	229.208	137,6%	96.464	81,1%	53.268
Dívida Líquida sobre EBITDA Ajustado	2,0x		1,3x		1,1x
Indicadores Operacionais					
Vendas de mesmas lojas	7,7%	N/A	6,0%	N/A	12,7%

Número de lojas	105	31,3%	80 ⁵	27,0%	63 ⁶
Estados onde está presente	12 + DF	+4	8 + DF	+2	6 + DF

(1) O EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) ou LAJIDA (Lucros Antes de Juros, Impostos, Depreciações e Amortizações) é uma medição não contábil divulgada pela Companhia em consonância com a Instrução CVM nº 527/12. O EBITDA representa a geração operacional de caixa da Companhia, ou seja, indica a capacidade da empresa em gerar caixa a partir de seus ativos operacionais, conciliada com nossas demonstrações financeiras. O EBITDA consiste no lucro líquido adicionado pela despesa de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido, pelo resultado financeiro líquido e pelas despesas com depreciação e amortização.

(2) A Margem EBITDA corresponde à divisão entre o EBITDA e a receita líquida.

(3) O EBITDA Ajustado consiste no EBITDA de um período ou exercício ajustado para excluir ou adicionar efeitos do mesmo período ou exercício, conforme aplicável. A margem EBITDA Ajustado é calculada pelo EBITDA Ajustado de um período ou exercício dividido pela receita operacional bruta do mesmo período. O EBITDA Ajustado e a margem EBITDA Ajustado não são medidas reconhecidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil nem pela IFRS, não representam o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não devem ser consideradas como alternativa ao lucro líquido, ao fluxo de caixa operacional, assim como não devem ser consideradas como indicador de desempenho operacional ou alternativa ao fluxo de caixa como indicador de liquidez da Companhia.

(4) A Margem EBITDA Ajustado corresponde à divisão entre o EBITDA Ajustado e a receita líquida.

(5) (6) Inclui uma franquia, incorporada em 2019.

O mapa abaixo mostra a distribuição geográfica das nossas lojas, com base em 31 de dezembro de 2019:



Oferecemos em nossa plataforma um sortimento de produtos de aproximadamente 20 mil SKUs⁷ compreendendo alimentos, dentre os quais rações prescritas, *super premium*, *premium* e

(7) Stock Keeping Unit ou Unidade de Manutenção de Estoque.

standard, rações úmidas e petiscos; e não-alimentícios, dentre os quais itens de higiene, medicamentos, acessórios, brinquedos e roupas. Também oferecemos uma ampla variedade de serviços, dentre os quais clínicas e hospitais veterinários operando dentro de nossas lojas (Seres) e serviços de higiene e estética animal. Também contamos, em algumas de nossas lojas, com centros para a promoção de adoções de cães e gatos, espaços destinados à diversão dos *pets* (Petz Play), além de promovermos eventos diversos relacionados a *pets*. Acreditamos oferecer um conjunto completo de soluções e o sortimento mais diversificado de produtos para *pets* dentre todos os varejistas brasileiros, especializados ou não.

O mercado brasileiro de *pets* se caracteriza, entre outros aspectos, pelo ambiente competitivo de alta fragmentação e pouca integração entre canais físicos e digitais, o que acreditamos favorecer modelos de varejo especializado com oferta ampla de produtos e serviços, omnicanal e de larga escala, como o nosso. Assim, nosso modelo de negócio foi concebido para melhor atender este mercado, contando com lojas que oferecem uma experiência completa e integrada com nossos canais digitais, de forma a aumentar a frequência e o ticket médio, com consequente aumento do gasto total por cliente. Operamos através dos seguintes canais, que acreditamos fortalecer nossa interação e proximidade com os nossos clientes:

Lojas Padrão. Operamos 95 lojas físicas em nosso formato padrão, com área média de aproximadamente 1.000 m², e foco em uma experiência de compra que proporcione entretenimento ao *pet* e maior conexão com o seu tutor, oferecendo vasto sortimento de produtos, serviços veterinários, além de serviços de higiene e estética animal, e centros de adoção. Nossa expansão estará principalmente baseada na abertura deste tipo de loja, pois acreditamos que a fragmentação do mercado e o porte dos concorrentes locais nos abre espaço para o aumento do número de lojas com esse formato na nossa rede. Dentre nossas lojas padrão, três operam 24 horas por dia na cidade de São Paulo, em razão das características noturnas dessa cidade, criando assim uma disponibilidade de oferta para o apaixonado por *pets*, no dia e horário que ele precisar.

Lojas de Conveniência. Operamos dez lojas em formatos com área média de aproximadamente 500 m², com sortimento otimizado de produtos, especializadas em cães e gatos, com oferta limitada de serviços, mas em locais de maior conveniência aos clientes. Numa perspectiva de longo prazo, ampliaremos o número de lojas com esse formato, de forma a adensarmos nossa cobertura geográfica, de maneira complementar à nossa rede de lojas padrão.

Centros Veterinários. Operamos centros veterinários, entre hospitais e clínicas, na grande maioria de nossas lojas. Dentre os 95 centros veterinários, sete deles são hospitais e os demais são clínicas. Com relação a localização dos centros, 94 centros estão localizados em lojas, sendo que dentre estes, 93 estão em nossas lojas padrão e um está em uma loja de conveniência, além de um hospital independente. Nos nossos hospitais, contamos com veterinários de diversas especialidades, capazes de realizar uma série de consultas, exames clínicos e de diagnóstico por imagem (ultrassonografia e raio-X, incluindo tomografia em uma de nossas unidades), e procedimentos cirúrgicos de baixa e alta complexidade a *pets* de diversas espécies, sendo que cinco hospitais operam 24 horas por dia. Nas clínicas, promovemos atendimento clínico, e em algumas unidades, procedimentos cirúrgicos de baixa complexidade, com foco maior em cães e gatos. Acreditamos contar com a maior rede de centros veterinários do País.

Canais Digitais. Contamos com canais digitais, por meio do site www.petz.com.br, do aplicativo para smartphones "Petz", além de contarmos com alguns parceiros de *marketplace*, neste último caso apenas para assegurar a oferta complementar de produtos específicos, de giro de estoque mais baixo. Nossos canais digitais oferecem um sortimento completo de produtos, além de alguns artigos de venda exclusiva nos canais digitais, com entrega nacional, com grande confiabilidade

e nível de serviço positivamente reconhecido por nossos clientes. O site da Petz foi reconhecido por quatro anos consecutivos no ranking do Reclame Aqui pelo melhor atendimento ao cliente no nosso segmento, divulgado pela revista Época, entre 2016 e 2019, além de estarmos bem posicionados no RA1000², em 2018 e 2019.

Somos um varejista especializado que opera uma estratégia omnicanal, com grande integração entre os canais físicos e digitais, de maneira a combinar e complementar a experiência de compra e o atendimento diferenciado proporcionados em nossas lojas físicas, com a conveniência e agilidade de nossos canais digitais. Valemo-nos de uma estrutura logística integrada entre os canais físicos e digitais, operando a partir de um único centro de distribuição. Proporcionamos a retirada de produtos adquiridos em nosso site e pelo nosso aplicativo em qualquer uma de nossas lojas físicas (*store pick-up*), com a opção desses produtos serem entregues na casa do cliente, saindo de qualquer uma de nossas lojas (*ship from store*). Além dessas formas de entrega via loja, que as tornam praticamente minicentros de distribuição, também entregamos itens diretamente na casa do cliente, a partir do nosso centro de distribuição. Por fim, todas as trocas e devoluções eventuais podem ser feitas através de quaisquer de nossos canais. Nossa operação omnicanal nos permite otimizar custos, reduzir o tempo de entrega de nossas remessas e diminuir o valor do frete para o cliente.

Informações Financeiras Relevantes

Receita bruta de vendas de produtos e serviços prestados, líquida de devoluções

Receita bruta no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$1.164,2 milhões comparativamente a R\$913,4 milhões no mesmo período de 2018, o que representou uma variação de R\$250,8 milhões ou 27,5%. Esse aumento da receita é atribuído, principalmente, à (i) maturação de lojas, principalmente das 34 lojas inauguradas nos anos de 2017 e 2018; (ii) inauguração de 25 lojas no ano 2019; e (iii) crescimento de 142,5% do canal digital. As vendas de mesmas lojas ou *Same Store Sales* (SSS), que correspondem às operações com mais de 12 meses de funcionamento, tiveram crescimento de 7,7% de receita bruta, no exercício social finalizado em 31 de dezembro 2019.

A receita bruta de produtos no canal físico no exercício social finalizado em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$988,0 milhões comparativamente a R\$796,4 milhões no mesmo período de 2018, o que representou uma variação de R\$191,6 milhões ou 24,1%. Esse aumento da receita é atribuído à (i) maturação das 34 lojas inauguradas nos anos de 2017 e 2018; e (ii) inauguração de 25 lojas no ano de 2019. Destaque para a performance da categoria de Higiene e Limpeza que cresceu 35,8%, impulsionada por produtos diferenciados e exclusivos, dentre os quais os produtos sob a marca "Petz".

Em digital, a receita bruta do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 totalizou R\$89,5 milhões, um aumento de R\$52,6 milhões ou 142,5% comparado ao exercício anterior, quando totalizaram R\$36,9 milhões. Neste exercício social a receita bruta de *omnicanal*, composta por *pick-up store* e *ship from store*, representou R\$63,6 milhões, ou 71,0% da receita bruta digital, um aumento de R\$52,9 milhões ou 494,2% comparado ao exercício anterior, quando totalizaram R\$10,7 milhões. Esses desempenhos são resultados do foco da companhia na

² Classificação utilizada pelo Reclame Aqui para os *e-commerces* mais bem avaliados.

plataforma *omnicanal* para oferecer melhor experiência de compra ao cliente e eficiência de custos para a Companhia.

Em serviços e demais receitas, a receita bruta do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 totalizou R\$86,7 milhões, um aumento de R\$6,6 milhões ou 8,2% comparado ao exercício anterior, quando totalizaram R\$80,1 milhões. Esse desempenho é decorrente de um crescimento de serviços de 28,6%, que contou com a inauguração de 3 hospitais em diferentes capitais brasileiras, totalizando 7 ao final deste período e do encerramento da comercialização de filhotes de cães e gatos no primeiro semestre de 2019, que ampliou o foco da Companhia no Adote Petz, que acreditamos ser o maior programa de adoção do país.

Tributos federais, estaduais e municipais

Tributos federais, estaduais e municipais no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 foram de R\$178,2 milhões comparativamente a R\$145,5 milhões no mesmo período de 2018, o que representou uma variação de R\$32,6 milhões ou 22,4%. Os tributos federais, estaduais e municipais representaram [18,1]% e [18,9]% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente. Esta redução no AV se deve aos fatos de (i) variações de vendas entre estados, segmentos e categorias de produtos, que por possuírem alíquotas distintas impactam o resultado consolidado e (ii) [ganhos fiscais] devido à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS decorrentes do próprio exercício.

Receita líquida de vendas de produtos e serviços prestados

Receita líquida no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$986,1 milhões comparativamente a R\$767,9 milhões no mesmo período de 2018, o que representou uma variação de R\$218,2 milhões ou 28,4%. Este aumento é atribuído aos efeitos acima mencionados.

Custo das mercadorias vendidas e serviços prestados

Custo das mercadorias vendidas e serviços prestados no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$509,7 milhões comparativamente a R\$416,0 milhões no mesmo período de 2018, o que representou uma variação de R\$93,7 milhões ou 22,5%. O Custo das mercadorias vendidas e serviços prestados representou 51,7% e 54,2% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente. Redução do AV% proveniente principalmente por: (i) redução de custo de aquisição das mercadorias através de ganho de escala e negociação junto aos fornecedores; (ii) melhora no mix de venda de fornecedores e de produtos; (iii) redução de perdas de estoque; e (iv) descontinuidade na comercialização de filhotes. A redução do custo das mercadorias vendidas e serviços prestados, como percentual da receita líquida, foi parcialmente compensada pela menor diluição do custo dos serviços prestados impactado pelo maior número de inaugurações em 2019, incluindo três hospitais, além de um no mês de dezembro de 2018, que estão no início da curva de maturação.

Lucro bruto

Lucro bruto no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$476,3 milhões comparativamente a R\$351,9 milhões no mesmo período de 2018, o que representou uma variação de R\$124,5 milhões ou 35,4%. Lucro bruto representou 48,3% e 45,8% da receita

líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente. Este aumento é atribuído substancialmente aos efeitos mencionados nas linhas de (i) Custo das mercadorias vendidas e serviços prestados; e (ii) Tributos federais, estaduais e municipais.

Receitas (despesas) operacionais

Despesas com vendas

Despesas com vendas no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$281,1 milhões comparativamente a R\$217,2 milhões no mesmo período de 2018, o que representou uma variação de R\$63,9 milhões ou 29,4%. Despesas com vendas representaram 28,5% AV e 28,3% AV da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente. Este aumento é atribuído principalmente à (i) despesa com pessoal e ocupação em decorrência das inaugurações ocorridas principalmente nos anos de 2018 e 2019 (42 lojas), cujas vendas estão em maturação, afetando a diluição das despesas consolidadas; (ii) despesa com marketing, principalmente em digital, resultante dos investimentos para captação e retenção de clientes e (iii) efeito na contabilização da depreciação de cessão de uso de ativos, em todas as lojas alugadas, conforme determinado pelo CPC 06(R2)/IFRS 16.

Despesas gerais e administrativas

Despesas gerais e administrativas no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$95,1 milhões comparativamente a R\$78,3 milhões no mesmo período de 2018, o que representou uma variação de R\$16,7 milhões ou 21,3%. Despesas gerais e administrativas representou 9,6% AV e 10,2% AV da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente. Este aumento das despesas é atribuído principalmente a (i) despesa de pessoal administrativo em razão de contratações para sustentação do crescimento orgânico da Companhia e foco nas iniciativas estratégicas, além de correção salarial do quadro existente; (ii) despesas em digital e tecnologia; (iii) despesas de armazenagem, principalmente devido ao aumento da base de lojas; e (iv) efeito da contabilização da depreciação de cessão de uso de ativos, no aluguel da sede e do centro de distribuição, conforme determinado pelo CPC 06(R2)/IFRS 16.

Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas, no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$(14,1) milhões comparativamente a R\$(3,2) milhões no mesmo período de 2018, o que representou uma variação de R\$(10,9) milhões ou 343,6%. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas, representou (1,4)% e (0,4)% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente. Esta variação é atribuída substancialmente à (i) aumento com despesas pré-operacionais por maior abertura de lojas; (ii) despesas não recorrentes principalmente com consultoria estratégica para o processo de expansão e consultorias fiscais; (iii) efeito na contabilização da depreciação de cessão de uso de ativos, no aluguel pago nas lojas antes de iniciarem operação, conforme determinado pelo CPC 06(R2)/IFRS 16; e (iv) receita da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS referente a exercícios anteriores.

EBITDA e EBITDA Ajustado

O EBITDA por sua vez foi de R\$191,1 milhões comparativamente a R\$83,0 milhões em 2018 o que representou uma variação de 130,3%. No entanto, parte do crescimento assinalado se deve à adoção da norma contábil CPC 06(R2)/IFRS 16. Excluindo os efeitos da norma citada, e retirando efeitos não recorrentes do resultado³, o EBITDA Ajustado por sua vez foi de R\$115,1 milhões comparativamente a R\$76,3 milhões em 2018, o que representou uma variação de 50,8%.

³ Inclui despesas com consultoria para estratégia de expansão, estratégia e desenvolvimento do negócio veterinário, consultorias fiscais, entre outras

DECLARAÇÃO
PARA FINS DO ARTIGO 25 DA INSTRUÇÃO CVM 480

SERGIO ZIMERMAN, brasileiro, separado judicialmente, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG nº 15.518.369, expedida pela SSP/SP e inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Física do Ministério da Economia (CPF/ME) sob o nº 076.168.548-00, com endereço comercial na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Doutor Miguel Paulo Capalbo, 135, Pari, CEP 03035-040, na qualidade de Diretor Presidente da **PET CENTER COMÉRCIO E PARTICIPAÇÕES S.A.**, sociedade por ações com registro de companhia aberta sob análise da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Guarantã, 555/587, sala 1, Pari, CEP 03035-050, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia (CNPJ/ME) sob o nº 18.328.118/0001-09 ("Companhia"), declara, nos termos do artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução da CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 480"), que juntamente com os demais diretores da Companhia: **(a)** reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes da Companhia; e **(b)** reviu, discutiu e concorda com as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, especialmente elaboradas para fins de registro, nos termos dos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM 480.

19 de fevereiro de 2020.



SERGIO ZIMERMAN

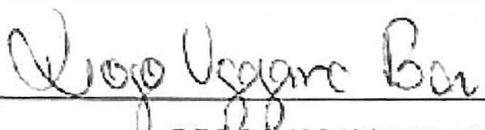
Diretor Presidente

DECLARAÇÃO

PARA FINS DO ARTIGO 25 DA INSTRUÇÃO CVM 480

DIOGO UGAYAMA BASSI, brasileiro, casado, engenheiro, portador da cédula de identidade RG nº 25.826.698-3, expedida pela SSP/SP e inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Física do Ministério da Economia (CPF/ME) sob o nº 332.371.358-36, com endereço comercial na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Doutor Miguel Paulo Capalbo, 135, Pari, CEP 03035-040, na qualidade de Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da **PET CENTER COMÉRCIO E PARTICIPAÇÕES S.A.**, sociedade por ações com registro de companhia aberta sob análise da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Guarantã, 555/587, sala 1, Pari, CEP 03035-050, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia (CNPJ/ME) sob o nº 18.328.118/0001-09 ("Companhia"), declara, nos termos do artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução da CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 480"), que juntamente com os demais diretores da Companhia: **(a)** reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes da Companhia; e **(b)** reviu, discutiu e concorda com as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, especialmente elaboradas para fins de registro, nos termos dos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM 480.

São Paulo, 19 de Fevereiro de 2020



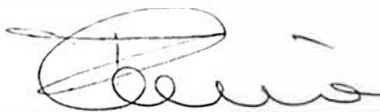
DIOGO UGAYAMA BASSI

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

DECLARAÇÃO
PARA FINS DO ARTIGO 25 DA INSTRUÇÃO CVM 480

VALÉRIA PIRES CORRÊA, brasileira, solteira, médica veterinária, portadora da cédula de identidade RG nº 11967115, expedida pela SSP/SP e inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Física do Ministério da Economia (CPF/ME) sob o nº 104.391.938-42, com endereço comercial na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Doutor Miguel Paulo Capalbo, 135, Pari, CEP 03035-040, na qualidade de Diretora Técnica da **PET CENTER COMÉRCIO E PARTICIPAÇÕES S.A.**, sociedade por ações com registro de companhia aberta sob análise da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Guarantã, 555/587, sala 1, Pari, CEP 03035-050, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia (CNPJ/ME) sob o nº 18.328.118/0001-09 ("Companhia"), declara, nos termos do artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução da CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 480"), que juntamente com os demais diretores da Companhia: **(a)** reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes da Companhia; e **(b)** reviu, discutiu e concorda com as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, especialmente elaboradas para fins de registro, nos termos dos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM 480.

19 de fevereiro de 2020.



VALÉRIA PIRES CORRÊA

Diretora Técnica

DECLARAÇÃO

PARA FINS DO ARTIGO 25 DA INSTRUÇÃO CVM 480

LUCIANO ROCHA SESSIM, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG nº 70.707.949-41, expedida pela SSP/SP e inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Física do Ministério da Economia (CPF/ME) sob o nº 944.091.450-53, com endereço comercial na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Doutor Miguel Paulo Capalbo, 135, Pari, CEP 03035-040, na qualidade de Diretor Comercial da **PET CENTER COMÉRCIO E PARTICIPAÇÕES S.A.**, sociedade por ações com registro de companhia aberta sob análise da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Guarantã, 555/587, sala 1, Pari, CEP 03035-050, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia (CNPJ/ME) sob o nº 18.328.118/0001-09 ("Companhia"), declara, nos termos do artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução da CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 480"), que juntamente com os demais diretores da Companhia: **(a)** reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes da Companhia; e **(b)** reviu, discutiu e concorda com as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, especialmente elaboradas para fins de registro, nos termos dos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM 480.

19 de fevereiro de 2020.



LUCIANO ROCHA SESSIM
Diretor Comercial